



BALANÇO DE GESTÃO
CONSELHEIRO-PRESIDENTE
JOSÉ CARLOS NOVELLI



BALANÇO DE GESTÃO

BIÊNIO 2022/2023



Tribunal de Contas
Mato Grosso

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Negócio

Controle externo da gestão dos recursos públicos.

Missão

Controlar a gestão dos recursos públicos do estado e dos municípios de Mato Grosso, mediante fiscalização, orientação, avaliação de desempenho e julgamento, contribuindo para a qualidade do gasto e a efetividade na prestação dos serviços, no interesse da sociedade.

Visão

Ser um novo paradigma de Tribunal de Contas, por meio de sua missão, contribuindo para que as gestões públicas estadual e municipal de Mato Grosso, sejam referência em administração pública em nosso país.

Valores

Justiça: Pautar-se estritamente por princípios de justiça, pela verdade e pela lei, com integridade, equidade, coerência, impessoalidade e imparcialidade.

Qualidade: Atuar de forma ágil, tempestiva, com eficiência, eficácia e efetividade, baseada em padrões de excelência de controle e gestão. **Liderança:** Atuar com base nos princípios e valores éticos, de forma independente, técnica, responsável, proativa, leal, colaborativa e comprometida com a identidade institucional e com o interesse público.

Colaboratividade: Estabelecer parcerias com organizações governamentais e/ou não governamentais para somar competências, capacidades e recursos em ações que possibilitem a implemen-

tação e/ou a consolidação de políticas públicas, conforme a nova Visão Estratégica estabelecida para o TCE/MT.

Transparência: Disponibilizar e comunicar tempestivamente, em linguagem clara e de fácil acesso, as ações, decisões e atos de gestão do TCE/MT, bem como as informações dos fiscalizados sob sua guarda, no interesse da sociedade.

Responsabilidade: Atuar fundamentado estritamente na ordem legal e jurídica vigente, embasado em práticas de boa governança e assumir suas responsabilidades de ordem fiscal, gerencial, programática e de transparência.

Inovação: Estar permanentemente aberto para a adoção de medidas criativas e originais, utilizando os recursos humanos e tecnológicos disponíveis, no aprimoramento dos processos, programas, projetos, sistemas e serviços.

Iniciativa: Protagonizar a busca de soluções para as grandes questões públicas por meio de atitudes assertivas e propositivas.

Diversidade: Buscar permanentemente a compreensão das diferenças e antagonismos na sociedade para propor soluções convergentes, inclusivas e capazes de contribuir no avanço do processo civilizatório.

Excelência: Pautar-se pela busca permanente da excelência corporativa, mantendo-se como referência nas ações de controle e como organização essencial para o setor público.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

CORPO DELIBERATIVO

TRIBUNAL PLENO

Presidente

José Carlos Novelli

Vice-presidente

Conselheiro Valter Albano

Corregedor-geral

Conselheiro Guilherme Antonio Maluf

Ouvidor-geral

Conselheiro Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Integrantes

Conselheiro Waldir Júlio Teis

Conselheiro Gonçalo Domingos de Campos Neto

Conselheiro Sérgio Ricardo

EXPEDIENTE

EDIÇÃO

Secretaria de Comunicação Social

SUPERVISÃO

Raoni Pedroso Ricci

Secretário de Comunicação Social

PROJETO GRÁFICO

Marcus Valentim

Coordenador da Publicontas

Andrey Romeu

Publicitário

REPORTAGEM

Gabriela Galvão

Coordenadora de Jornalismo

André Garcia Santana

Repórter

FOTOS

Tony Ribeiro

Thiago Bergamasco

Marcos Bergamasco

+55 65 3613-7561

publicontas@tce.mt.gov.br

Rua Conselheiro Benjamin
Duarte Monteiro, nº 1 – Centro
Político e Administrativo
CEP: 78049-915 – Cuiabá-MT

+55 65 3613-7500

tce@tce.mt.gov.br

www.tce.mt.gov.br

Horário de atendimento
8h às 18h, de segunda a
sexta-feira.

TCE-MT se consolida como agente do desenvolvimento com apoio à gestão pública mato-grossense

Com foco na administração municipal, Tribunal fortaleceu a capacitação e se aproximou dos jurisdicionados para garantir avanço socioeconômico do estado



Representantes de diversas instituições no Seminário Eficácia das Decisões dos Tribunais de Contas.

Modernização, colaboratividade, harmonia e orientação nortearam a gestão 2022/2023 do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), sob liderança do conselheiro José Carlos Novelli. Para elevar a administração pública do estado ao mesmo patamar de reconhecimento que ocupa hoje no Brasil, a Corte de Contas ampliou suas frentes de atuação e se tornou instrumento determinante para a efetividade dos serviços públicos prestados a mais de 3.6 milhões de pessoas.

Já em seu discurso de posse, em dezembro de 2021, Novelli anunciava a colaboratividade como uma das bases fundamentais para o que viria a se desenvolver. “Essa vai ser a gestão de Novelli, de Antonio Joaquim, Valter Albano, Waldir Teis, Gonzalo Domingos de Campos Neto, Guilherme Antonio Maluf e Sérgio Ricardo. Do conjunto dos servidores, técnicos, auditores e procuradores que formam esta Casa. Aqui vocês têm um soldado. Pronto para fazer o melhor de si”, disse à época.



Conselheiro-presidente José Carlos Novelli.

Ali também estabeleceu o foco da gestão, pautada pela melhoria da Administração Pública, especialmente a municipal. E o propósito se cumpriu. Ao longo dos últimos dois anos o Tribunal fortaleceu a capacitação e se aproximou dos jurisdicionados, tendo alcançado mais 20 mil pessoas por meio das ações da Escola Superior de Contas, que realizou 123 capacitações e palestras ministradas por profissionais de renome em diferentes setores.

Garantida a orientação, o TCE-MT instituiu as medidas técnicas e passou a fazer da conciliação uma ferramenta para assegurar direitos essenciais e o avanço socioeconômico do estado. O sucesso da ferramenta pode ser atribuído a soluções como a manutenção das obras do novo Hospital Júlio Muller, para o fornecimento de alimentação adequada no sistema prisional, para a construção de moradias populares e para a continuidade da obra do sistema ferroviário estadual.

Assim, foi reforçado o status de uma das cortes mais modernas do país. "É um caminho sem volta rumo à efetividade e celeridade. Hoje, indubitavel-

mente, esta é a grande resolvidora de questões importantes que estavam emperradas. Este e outros trabalhos exitosos só foram possíveis a partir do momento em que tivemos o nosso Plenário completo. Pleno na sua legitimidade. Pleno no seu respeito", salienta Novelli.

"Este e outros trabalhos exitosos só foram possíveis a partir do momento em que tivemos o nosso Plenário completo"

Neste percurso, elos fundamentais estruturaram a nova proposta. Exemplo disso é a parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) para a implementação do Programa de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (GPE). "Após



Interage TCE reuniu prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais ao longo da gestão 2022/2023.

meses de capacitação, entregamos os Mapas Estratégicos e concluímos o MBA em Gestão Estratégica por Resultados Aplicada à Gestão Pública, o que refletirá na qualidade de vida das pessoas e na redução das desigualdades.”

Também vale destacar a união com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), que resultou no “Tribunais em Ação”, projeto itinerante de formação técnica de prefeitos, vereadores e servidores dos poderes executivo e legislativo municipais. Em uma rede de intercâmbio pedagógico, também somam esforços ao TCE-MT o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT), Ministério Público do Estado (MPMT), Assembleia Legislativa (ALMT) e Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT-MT).

As parcerias estão além do âmbito do ensino e incluem o Governo do Estado, Defensoria Pública (DPE-MT) e União das Câmaras Municipais

(UCMMAT), dentre outras instituições. “Entendemos que o planejamento é a melhor ferramenta para auxiliar a boa governança. Mas também avançamos nas parcerias institucionais na busca de soluções para problemas em comum e estimulamos as ações colaborativas. Trabalhamos de forma integrada e fizemos do TCE uma ponte entre as organizações”, afirma o presidente.

Todos esses princípios também foram reforçados nas sete edições do Interage TCE e no 2º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas. Realizado em parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o evento retornou às suas origens e voltou a Cuiabá em 2023, trazendo projetos de todo o Brasil. Ainda considerando a relevância nacional, realizou o II Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas: Desenvolvimento e Sustentabilidade, que reuniu mais de duas mil pessoas em Cuiabá.

Frente às dificuldades enfrentadas por muitas prefeituras, o presidente instituiu, em março deste ano, o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC-MT) no âmbito do TCE-MT. A medida garante a utilização gratuita do software desenvolvido pelo órgão, aderente ao Decreto Federal 10.540/2020, que tornou obrigatório o uso de sistema único de planejamento e contabilidade.

“Trabalhamos de forma integrada e fizemos do TCE uma ponte entre as organizações”

Novelli destaca que 95% das cidades do estado não têm recursos humanos ou financeiros para atender os requisitos do Decreto e que a não adequação pode resultar no impedimento do recebimento de transferências voluntárias e contratação de operações de crédito, por exemplo. “Este é um marco para a política de transparência na gestão fiscal e o Tribunal está oferecendo esta solução sem custos, pois a implantação é complexa e dispendiosa aos entes municipais”, pontua o conselheiro.

Também pensando nesses desafios financeiros, em abril, foi lançado o Programa de Sustentabilidade e Desenvolvimento de Municípios de Mato Grosso. O objetivo é que os municípios tenham mais autonomia sobre a gestão tributária e avancem em suas vocações econômicas. “Implementamos o GPE e depois este programa, o que demonstra uma visão da transversalidade, pois seria em vão desenvolver um planejamento estratégico de longo prazo sem recursos financeiros suficientes para efetivá-lo.”

Grande parte destas inovações só foi possível

graças à aprovação do Novo Regimento Interno (Resolução Normativa nº 16/2021), que também deu base para o lançamento do primeiro Código de Processo de Controle Externo do Brasil. Neste contexto, aliando inovação e empenho, o Tribunal retomou rigor na entrega dos pareceres das contas de governo e de gestão, reformulou o Plenário Virtual e instituiu um novo modelo de atuação fiscalizatória às Secretarias de Controle Externo do Tribunal (Secex), zerando o estoque de processos antigos em 2023 e aumentando em mais 200% a produtividade das seis unidades técnicas.

Essa reestruturação também resultou na criação das Comissões Permanentes de Infraestrutura, Tecnologia e Desestatização (CPID); de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CPMAS); de Saúde e Assistência Social (CPSA); de Educação e Cultura (CPEC); Segurança Pública (CPSeg); e Sustentabilidade Fiscal e Desenvolvimento (CPSFD), que levam em consideração demandas sociais atuais e urgentes. Ainda no âmbito das novidades, vale mencionar a inauguração da programação da TV Contas, canal 30.2 na televisão aberta.

Frente a tantos avanços, cresce a lista de contribuições históricas deixadas por José Carlos Novelli ao Tribunal. São mais de 20 anos de história em comum, quase um terço de seus 69 anos de vida e uma boa porção dos 70 anos de existência do órgão, celebrados neste ano. O conselheiro foi presidente por dois mandatos (48ª Mesa Diretora - Biênio 2006/2007 e 51ª Mesa Diretora - Biênio 2012/2013), vice-presidente, corregedor-geral e supervisor da Escola Superior de Contas.

“Melhorar as cidades é melhorar a vida de todos e esse foi o principal objetivo desta gestão. Promovemos uma verdadeira guinada nos rumos do TCE-MT, que se estabeleceu como motor da transformação e da melhoria da gestão pública municipal de Mato Grosso e já começa a colher os bons frutos disso. Não tenho dúvida de que todos esses esforços construirão uma nova cultura na administração pública, cada vez mais bem-sucedida, capaz de prestar excelentes serviços”, concluiu Novelli.

Com visão estratégica, gestão promove fortalecimento institucional com inovador Código de Processo de Controle Externo e novo Regimento Interno

Biênio também foi marcado pelo investimento em estruturação e tecnologia

Com uma visão de longo alcance, o presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), conselheiro José Carlos Novelli, ampliou o conceito de controle externo e subsidiou o avanço da administração pública. Mas, para garantir este resultado, também precisou manter os olhos atentos à instituição, fortalecendo as bases para um trabalho que alcançou milhares de mato-grossenses. Assim, em 2022/2023 aprimorou a fiscalização, capacitou o corpo técnico e investiu em estruturação e tecnologia.

Exemplo disso é a criação e efetiva implementação do Código do Processo de Controle Externo no âmbito da Corte de Contas. Pioneiro no Brasil, o instrumento teve sua operacionalização iniciada em maio e entrou em vigor em agosto. “Agora, todos os processos referentes ao controle externo estadual estão sendo apreciados à luz do Código. Não existe a possibilidade de um processo ser conduzido de acordo com convicções, há mais retidão nos procedimentos”, destacou Novelli.

A ferramenta, que dispõe de legislação específica para os processos de contas, foi aprovada pela Assembleia Legislativa, sancionada pelo Governo do Estado e oficialmente lançada durante o Seminário “Eficácia das Decisões dos Tribunais de Contas”. O evento reuniu, no TCE-MT, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo da Fonseca e do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas, dentre outros importantes nomes do setor.

“O Código assegura o devido processo legal, melhorando as decisões e o cumprimento da nossa missão institucional. Esta é uma forma de levar aos gestores a confiança no trabalho do Tribunal de Contas, reforçando nossa parceria, principalmente, com os municípios, por isso este passo foi tão importante”, avaliou o presidente.

Neste sentido de cooperação, a partir de uma visão de descentralização, foram criadas as Comissões



Presidente do TCE-MT apresenta Código de Processo de Controle Externo ao ministro do TCU Antônio Anastasia.

Permanentes do TCE-MT, que vêm subsidiando o desenvolvimento do estado com atuação em diversos setores. A atuação é focada em boas práticas, levantamentos e mapeamento de gargalos em setores específicos, tendo resultado na emissão de notas recomendatórias, auditorias e orientação aos gestores.

Todos estes princípios estão incluídos na Resolução Normativa 6/2023, que regulamenta as Comissões Permanentes de Normas, Jurisprudência e Consensualismo, de Meio Ambiente e Sustentabilidade, de Saúde e Assistência Social, de Educação e Cultura, de Segurança Pública, de Sustentabilidade Fiscal e Desenvolvimento e de Infraestrutura, Tecnologia e Desestatização.

Esforços assim, fazem do TCE-MT uma das cortes

mais modernas do país e mantêm as certificações internacionais ISO 9001:2015 e ISO 50001, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Renovadas neste ano, as certificações consideram o Sistema de Gestão de Energia (SGE), o Gerenciamento de Prazos e Sistematização das Atividades (SGP), o Controle da qualidade das informações inseridas no Sistema Geo-Obras, o Diário Oficial de Contas (DOC), o Plenário Virtual (PV), o Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (SPE), a Auditoria Informatizada e o Radar de Controle Público.

Este último, ganhou importantes incrementos no biênio: o lançamento do módulo Saúde, em março, e a inclusão de índices sobre a primeira infância, em julho. Em outubro, foi adicionado o painel “imuniza”, com dados sobre a cobertura vacinal. Também houve novidades no Radar Educação, que recentemente apontou déficit de 14.883 vagas em creches em Mato Grosso, o que resultou na mobilização de diversas instituições em busca de soluções. “É um instrumento muito útil para que agentes políticos e a própria população conheçam a realidade do setor, comparando índices e propondo soluções”, pontuou Novelli.

O presidente lembrou ainda que o TCE-MT foi o primeiro órgão público do país a obter o selo ISO 9001, em 2012, durante sua segunda gestão.. “Isso nos dá a certeza de que as estratégias estão nos levando ao nosso principal objetivo: melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.”

“Não existe a possibilidade de um processo ser conduzido de acordo com convicções, há mais retidão nos procedimentos”

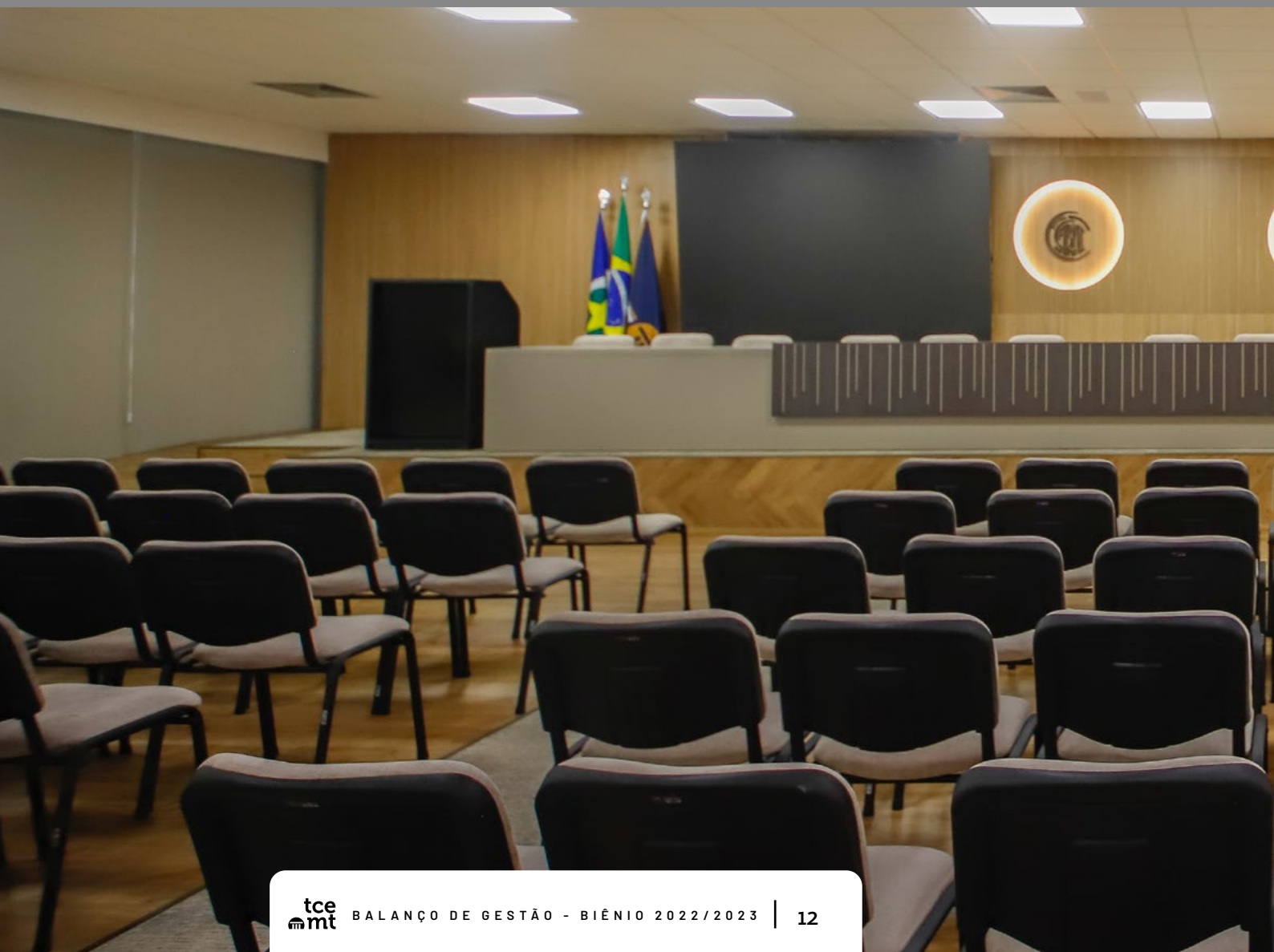
Valorização do servidor e estruturação

Entre os avanços institucionais constatados nestes dois anos, é preciso mencionar a capacitação, a valorização profissional, que incluiu ações voltadas à saúde e bem-estar, e a aplicação da Revisão Geral Anual (RGA), concedida aos servidores efetivos e comissionados. Além disso, em 2022 foi publicada portaria que autorizou a qualificação profissional em nível de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*.

No mesmo ano, o presidente criou a “Medalha de Mérito Auditor Público Externo Engenheiro José de Paula Ramos”, que homenageia aqueles que contribuíram com o engrandecimento da Corte de Contas.

É preciso destacar ainda a melhoria estrutural, como da Escola Superior de Contas, que foi inteiramente revitalizada. Os trabalhos, entregues em março de 2023, resultaram na completa reformulação do Auditório Conselheiro Lenine de Campos Póvoas, na instalação do novo Memorial Rosário Congro, na adequação da acessibilidade, em nova iluminação com placas de LED, salas de videoconferência, instalação de um miniauditório, bem como na reforma do laboratório de informática e dos banheiros.

No espaço, foi implantado ainda o Laboratório de Inovação, proposta do presidente que tem em vista a transformação tecnológica e o fomento à cultura do empreendedorismo e da colaboração. “É um ambiente reflexivo e colaborativo, onde serão exploradas ideias, conceitos e metodologias que



resultarão no aperfeiçoamento das atividades do controle externo”, avaliou José Carlos Novelli.

Obras de modernização também estão em andamento no complexo que abriga o prédio administrativo do TCE-MT e o Ministério Público de Contas

“As estratégias estão nos levando ao nosso principal objetivo: melhorar a qualidade dos serviços prestados à população”

(MPC), algumas já concluídas, como do Espaço Cultural Liu Arruda. O trabalho vem sendo executado com recursos próprios, provenientes da redução de custos de convênios firmados pelo órgão.

Em 2023, o Tribunal também iniciou a implantação da usina fotovoltaica. As placas solares abastecerão a unidade consumidora (UC) vinculada ao prédio administrativo e ao MPC. “A mudança é importante porque proporciona a utilização de energia limpa e renovável, que não causa impacto ao meio ambiente. Esta é uma ação que deve ser observada não só pelo retorno do investimento, mas também como uma aliada na manutenção e melhoria dos aspectos auditados pela ISO 50001. Todas essas melhorias que estamos promovendo são importantes, pois asseguram a infraestrutura necessária para a prestação dos serviços”, conclui Novelli.

Novo Auditório Conselheiro Lenine de Campos Póvoas.



Novo modelo de atuação fiscalizatória traz recorde de produtividade e zera estoque processual antigo

As unidades técnicas multidisciplinares contabilizaram no biênio, além do estoque remanescente de 6.756 processos, a entrada de outros 22.192 e a saída de 27.606

Com o novo modelo de atuação fiscalizatória implementado pelo conselheiro-presidente, José Carlos Novelli, a produção das seis unidades técnicas multidisciplinares do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) atingiu a marca de 27,6 mil atos processuais realizados até setembro deste ano. O número representa um aumento de 245% na produtividade.

Instituída pelo presidente em março de 2022, após ser identificado um estoque de 6.756 processos remanescentes do modelo anterior, a nova forma de atuação teve por intuito promover a eficiência do sistema de controle externo, aumentando a celeridade processual, a produtividade, a equidade laboral e, consequentemente, a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

“Ficou claro que a metodologia até então vigente comprometeu a produtividade dentro das unidades técnicas e ainda causou grande desequilíbrio na distribuição da carga laboral. Havia um alarmante acúmulo de processos e, caso essa tendência persistisse, a atividade de controle externo poderia



O secretário-geral de Controle Externo, Manoel da Conceição da Silva, recebe a medalha Engenheiro José de Paula Ramos das mãos do presidente Novelli.

ria ser gravemente comprometida. Implementar um novo modelo era uma ação necessária para revitalizar a instituição”, ressaltou Novelli.

Os resultados foram efetivos e materializados em números. No fim de 2022, o estoque já havia sido reduzido para 660 processos e, em 2023, os processos antigos foram totalmente zerados. Atualmente, não existem processos com mais de um ano tramitando na área técnica do Tribunal de Contas de Mato Grosso.



Medida do conselheiro-presidente, José Carlos Novelli, considerou distribuição mais equilibrada da carga de serviço.

“Eu estava convicto de que essas mudanças iriam proporcionar uma melhoria sensível na atuação deste Tribunal de Contas e confiante da adesão e compromisso de todos os servidores, que sempre demonstraram esforço, dedicação, espírito público e ciência de suas responsabilidades”, completou o presidente.

No total, no biênio 2022/2023, as seis unidades técnicas multidisciplinares contabilizaram, além do estoque remanescente de 6.756, a entrada de 22.192 processos e a saída de 27.606. O saldo em setembro deste ano era de 1.342.

O novo modelo

Previsto no Plano Estratégico para alcançar as metas propostas para o biênio 2022/2023, o novo modelo de atuação fiscalizatória das secretarias de controle externo foi instituído por meio da Resolução Normativa 01/2022 e considerou um estudo que apontou a necessidade de garantir uma distribuição mais equilibrada da carga de serviço, a fim de aumentar a produtividade no controle externo.

Sob coordenação da Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex), liderada pelo auditor público Manoel da Conceição, o novo modelo passou a ser

composto por seis Secretarias de Controle Externo (Secex), com atuação multidisciplinar, e a Secretaria de Controle Externo de Obras e Infraestrutura, que por sua natureza se manteve especializada em apenas uma área. Também foi mantida a Secretaria de Controle Externo de Recursos (Serur), que permaneceu vinculada à Presidência.

No novo formato, as secretarias tiveram aumento de 10% no número de servidores efetivos. Passaram a contar com 249 servidores efetivos, entre auditores públicos externos, auxiliares de controle externo e técnicos de controle público externo. Dos 165 auditores na ativa no TCE-MT, 157 foram lotados nas novas Secex, ou seja, mais de 95% deles passaram a atuar na linha de frente do controle externo.

No mesmo contexto, também foi aprovada uma resolução normativa que instituiu a Avaliação de Produtividade e o Programa de Incentivo à Produtividade (PIP) e foi regulamentado o Projeto Especial de Treinamento (PET) nas secretarias de controle externo.

“Todas as decisões foram tomadas de forma compartilhada com os demais conselheiros e em sintonia com os valores do Tribunal de Contas, de seus membros, servidores e da sociedade em geral, quais sejam a eficiência administrativa, a celeridade processual, a meritocracia na gestão de pessoas e, sobretudo, o respeito para com a população mato-grossense, usuária dos serviços de controle externo”, concluiu o presidente.

“A metodologia até então vigente comprometeu a produtividade e causou desequilíbrio na distribuição da carga laboral”

Meta estabelecida para programa de gerenciamento do planejamento estratégico é 100% cumprida

Programa resultou na entrega de Mapas Estratégicos a 106 municípios e na certificação de 206 alunos em MBA



23 de agosto de 2022. Primeiro workshop do Programa de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (GPE). O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), conselheiro José Carlos Novelli, anuncia: “É uma meta arrojada, mas em outubro de 2023 queremos validar os planos estratégicos de cada um dos municípios adesos ao GPE e entregar o diploma de técnico de planejamento aos servidores das prefeituras.”

A meta não só saiu do papel como provou, por meio do exemplo, que o planejamento é fundamental para o sucesso do resultado. No dia 17 de outubro deste ano, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o TCE-MT entregou o certificado de especialista em Gestão Estratégica por resultados aplicada à Gestão Pública a 206 alu-

nos do curso de pós-graduação lato sensu – MBA.

No dia seguinte, 18 de outubro, entregou os Mapas Estratégicos de 106 municípios adesos ao GPE, que estão distribuídos localmente em perspectivas como: sociedade, processos internos, aprendizado, crescimento e finanças. Os eixos estabelecidos deverão evoluir continuamente ao longo dos próximos 12 anos.

“Estas entregas são resultado de uma virada de chave do TCE-MT. O Tribunal assimilou uma nova visão institucional, de contribuir para que a gestão pública seja reconhecida nacionalmente pela qualidade dos serviços e políticas públicas implementadas. Dessa forma, sem renunciar à atividade de fiscalização, passamos a adotar uma posi-



Solenidade de entrega dos Mapas Estratégicos.

ção colaborativa e orientativa, ficando ao lado dos gestores para que acertem e tenham sucesso na gestão”, disse o presidente.

Novelli lembrou que em sua primeira gestão à frente do Tribunal de Contas, no biênio 2006/2007, elaborou o primeiro planejamento de longo prazo do órgão, cuja visão era ser referência em controle externo no país. “Conseguimos, conquistamos esse espaço, temos sete produtos certificado pela ABNT com o selo ISO 9001 de gestão de qualidade. Agora, nossa visão é diferente, queremos avançar e fazer a mesma coisa pela administração pública mato-grossense.”

O GPE foi lançado em 2022 e conta hoje com 118 municípios adesos, abrangendo 90,5% da popu-

lação mato-grossense, que é beneficiada com estratégias para a melhoria da saúde, educação, infraestrutura, segurança, economia e assistência social. “Foi esta nova visão institucional que garantiu a adesão de 85% dos municípios mato-

“O Tribunal assimilou uma nova visão institucional, de contribuir para que a gestão pública seja reconhecida nacionalmente”

-grossenses ao GPE. Tenho muito a agradecer a todos os gestores que colaboraram para o TCE cumprir esta sua nova missão institucional”, completou Novelli.

Sobre o Programa

Em 2012, durante a segunda gestão de Novelli como presidente do TCE-MT, foi lançado o Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI), que englobava vários projetos, sendo que o apoio ao planejamento estratégico foi o que mais se destacou.

Durante dez anos, o TCE realizou uma espécie de piloto junto às 21 prefeituras adesas ao PDI, ganhou experiência, os benefícios e resultados al-

cançados foram esplêndidos e, dessa forma, já no início da sua terceira gestão à frente do TCE-MT, Novelli decidiu incorporá-lo permanentemente como política pública contínua do órgão, ampliando sua abrangência e universalizando o projeto aos 141 municípios do estado.

Sendo assim, em março de 2022, lançou o Programa de Gerenciamento do Planejamento Estratégico, com o intuito de introduzir a cultura do planejamento na administração pública municipal, com foco na criação e efetiva implementação de políticas públicas. Para isso, em parceria com a UFMT, fez um diagnóstico sobre a situação dos jurisdicionados, atuando junto aos prefeitos e secretários municipais para aplicação das melhores soluções para os cidadãos.

Certificação do MBA em Gestão Pública.



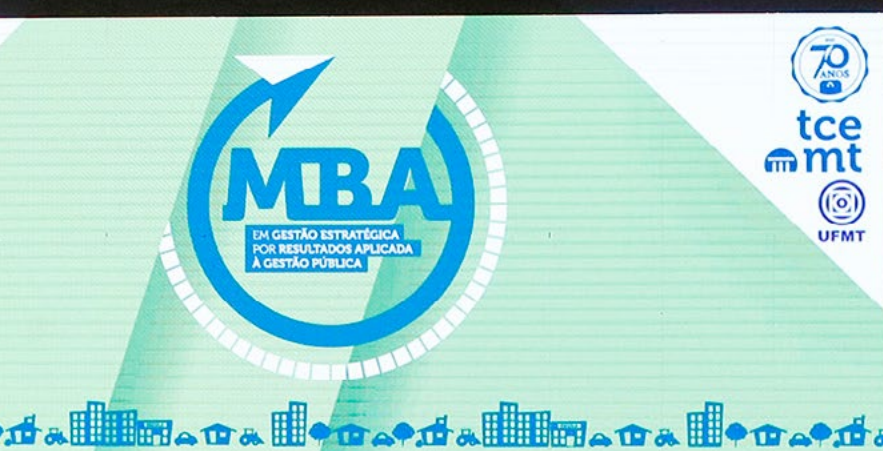
O GPE engloba quatro fatores que o tornam um valioso instrumento para a melhoria da gestão pública: a capacidade institucional, o desempenho, a colaboratividade e valor público. “Esse é o projeto de maior relevância social implementado pelo Tribunal e que melhor coaduna com a nossa nova visão estratégica. A partir desse planejamento, que busca desburocratizar processos, reduzir erros e dar efetividade às políticas de desenvolvimento econômico e social dos municípios, os gestores passam a ter à disposição uma ferramenta com eixos e metas já estabelecidos. Isso resultará em uma administração pública melhor e mais eficiente”, concluiu o presidente.

Nesse mesmo sentido, o MBA em Gestão Estratégica por Resultados Aplicada à Gestão Pública

vai ao encontro da proposta do GPE, que oferece diretrizes para a elaboração de políticas públicas, levando em consideração as especificidades de cada município, uma vez que foi uma oportunidade de formação continuada aos profissionais que atuam justamente no planejamento estratégico.



Primeiro workshop do Programa de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (GPE).



Reformulado, Plenário Virtual julga mais de 8 mil processos em pouco mais de um ano

Criada em 2012, na segunda gestão de Novelli à frente do TCE-MT, a ferramenta foi modernizada dez anos depois

Desde a reformulação, em agosto de 2022, o novo Plenário Virtual do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) já julgou mais de 8 mil processos. Mais célere, seguro e democrático, o novo formato imprimiu mais agilidade aos processos que tramitam na Corte de Contas, ampliou a participação remota dos jurisdicionados e advogados, bem como garantiu a realização de julgamentos de maior complexidade por meio eletrônico.

Lançada pelo conselheiro-presidente, José Carlos Novelli, a novidade incorporou os procedimentos até então sob competência das Câmaras Técnicas de Julgamento e beneficiou outros setores do TCE-MT, que em 2023 zerou o estoque de mais de 6 mil processos antigos.

Criada em dezembro de 2012, na segunda gestão de Novelli à frente do Tribunal, a ferramenta foi modernizada dez anos depois como parte fundamental do planejamento estratégico para o biênio 2022/2023, sua terceira gestão como presidente do órgão.

“Hoje, o novo Plenário Virtual está funcionando em sua plenitude, na forma como nós previmos nas diretrizes da gestão 2022/2023. Caminhando lado a lado com o Plenário Presencial, permitiu que nos aprofundássemos mais nas análises dos processos, discutindo e produzindo conhecimento em cima das nossas decisões no Presencial. Voltamos a ser um Tribunal eficaz, eficiente e efetivo”, ressaltou o presidente.

A ferramenta, segundo Novelli, fortalece a democratização dos processos do Tribunal de Contas, proporciona segurança jurídica para os jurisdicionados e facilita a defesa dos gestores por meio de seus advogados. “É uma satisfação muito grande proporcionar essa facilidade para que os gestores possam fazer suas defesas, por meio dos seus advogados, sem ter que se deslocar até Cuiabá, economizando idas e vindas do interior de Mato Grosso. Além da sustentabilidade gerada pela economia de papel.”



Plenário Virtual

No Plenário Virtual, as sessões têm pauta própria, coordenada pela Secretaria Geral do Plenário Virtual. Iniciadas às segundas-feiras, encerram-se às sextas-feiras, prazo em que os conselheiros e procuradores de contas emitem relatórios, pareceres e julgam os autos.

Os documentos referentes aos processos já são liberados no Portal do TCE-MT na abertura da sessão, tanto para os envolvidos quanto para a sociedade, inclusive com os votos dos conselheiros.

“O novo Plenário Virtual está funcionando em sua plenitude, como nós previmos nas diretrizes da gestão 2022/2023”

Outra característica importante do novo Plenário Virtual diz respeito à possibilidade de advogados, representantes dos gestores, fazerem sustentação oral virtualmente, o que garante que as partes e/ou seus procuradores realizem suas defesas.

As mudanças no Plenário Virtual tiveram início em 2020, com a edição das Resoluções Normativas nº 18/2020 e, posteriormente, das Resoluções Normativas nº 07/2021 e nº 08/2021.

O Plenário Virtual é um dos sete produtos do Tribunal de Contas certificados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com o selo ISO 9001. A primeira certificação da ferramenta foi obtida ainda em 2012, quando a ferramenta foi instituída e, desde então, os critérios para a manutenção vêm sendo observados graças ao Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ).

Conselheiro-presidente José Carlos Novelli.



Em 2 anos, TCE-MT contabiliza 123 capacitações e certifica quase 20 mil agentes públicos

Trabalho alcançou servidores dos 141 municípios mato-grossenses e de 437 municípios de outros estados



Reconhecido como uma das Cortes de Contas mais modernas do país, o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) assumiu, no biênio 2022/2023, a missão de elevar a administração pública do estado ao mesmo patamar de excelência. Para tanto, não só abriu as portas para receber os gestores, como também foi ao seu encontro, garantindo uma mudança histórica na relação entre os fiscalizados e a instituição.

Uma peça-chave garantiu êxito a esse processo: a qualificação. Nas palavras do presidente do TCE-MT, conselheiro José Carlos Novelli, o Tribunal “turbinou a sua função orientadora”. Não à toa, desde o ano passado a Escola Superior de Contas realizou 123 ações educacionais, que abrangeram 24 mil participantes e resultaram em quase 20 mil certificados entregues.

“As capacitações da Escola atenderam servidores dos 141 municípios mato-grossenses e 437 municípios de outros estados, em uma ação orientadora que ultrapassou as fronteiras estaduais e abrangeu mais de 10% do total de municípios brasileiros. O TCE se abriu e consolidou-se como a casa do gestor público”, destacou o presidente.

“Mato Grosso está em primeiro lugar na cooperação institucional pela boa governança”



Ainda em março de 2022, o seminário “Município como ente federativo, os desafios da governança à luz da Constituição Federal” inaugurou o ciclo bianual de capacitação da gestão pública municipal. “As pessoas moram nas cidades, é lá que utilizam os serviços públicos. Portanto, melhorar a gestão das cidades é melhorar a vida do cidadão. Por esse motivo, nós desenvolvemos essa programação extensa”, disse Novelli.

Durante a aula magna que abriu a capacitação, “Políticas Públicas e Governança”, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, reforçou a fala do presidente ao pontuar que “sem governança não se tem esperança.” Em outra ocasião, o também ministro do TCU, Benjamin Zymler, veio ao TCE-MT para tratar da evolução da jurisprudência da Corte acerca da responsabilização dos agentes públicos.

Ao longo do biênio, o TCE-MT garantiu que os gestores tivessem acesso ao conhecimento de outros ministros. No seminário “Eficácia das Decisões dos Tribunais de Contas”, por exemplo, André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), Reynaldo da Fonseca e Alberto Faria, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Bruno Dantas, presidente do TCU, debateram a segurança jurídica e a efetividade das decisões do controle externo.

***“Todos têm
responsabilidade na
busca dos objetivos
estratégicos”***



Ministro do STF Gilmar Mendes durante palestra no TCE-MT.

Na ocasião, eles também participaram do lançamento do Código de Processo de Controle Externo do país, o primeiro do país. “Mato Grosso está em primeiro lugar na cooperação institucional pela boa governança. Esta integração resolve os problemas porque, desta forma, há menos burocracia e mais possibilidade de transformar a realidade em menor tempo e com mais eficácia possível”, avaliou André Mendonça.

Já o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) André Tavares e o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski trouxeram a servidores e gestores de Mato Grosso noções sobre inteligência artificial do ponto de vista de direitos e garantias fundamentais. As palestras ocorreram em agosto de 2023, no Congresso Internacional – Democracia e Controle Externo.

A Casa do Gestor Público

Com o Interage TCE, a instituição se consolidou de vez como a Casa do Gestor Público. O projeto se baseia no diálogo franco entre os conselheiros-relatores e fiscalizados, além de contar com a apresentação de produtos e sistemas disponibilizados gratuitamente pelo órgão. Foram realizadas seis edições, abrangendo todas as 141 prefeituras, além de uma edição especial voltada aos presidentes das 141 Câmaras de Vereadores.

“O TCE se abriu e consolidou-se como a casa do gestor público”



É assim que, para Novelli, os erros serão reduzidos e as ações terão efetividade. “Estou no Tribunal há 22 anos e nunca participei de um diálogo assim, para que o fiscalizado possa fazer de forma correta, seguindo a legislação e os princípios constitucionais, prestando serviços de qualidade.”

E, além de receber o gestor, o TCE também foi até ele. Do ano passado para cá, foram promovidos três encontros regionais em municípios polo. Em 2022, o Projeto TCE em Movimento reuniu 32 municípios da Região Leste, em Barra do Garças, e 31 municípios da Região Norte, em Sinop.

Em 2023, em parceria com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), realizou o Tribunais em Ação. A união levou a Rondonópolis 1,2 mil prefeitos, vereadores, secretários e servidores de 20 municípios da Região Sul. Lá, os dois Tribunais debateram as suas atuações especializadas nas áreas de educação, saúde, assistência social, meio am-

“Sem governança não se tem esperança”

biente e finanças com as equipes dos municípios. Em todos os eventos também foram realizadas oficinas com as Ouvidorias e encontros com os vereadores.

“Estamos trabalhando para que a administração pública produza frutos de qualidade. Não estou fazendo uma gestão solitária, essa é uma gestão compartilhada, na qual todos têm responsabilidade na execução das ações e na busca dos nossos objetivos estratégicos. As ações do Tribunal de Contas funcionam como uma engrenagem, com a participação ativa e efetiva de várias unidades e instituições para sua realização. Tenho certeza de que teremos colheitas mais fartas no futuro”, conclui o presidente.

Conselheiro-presidente, José Carlos Novelli, em edição do Interage TCE 22.



Ouvidoria-Geral recebe quase 2 mil manifestações no biênio; satisfação do usuário é de 70%

A unidade recebeu, classificou e tratou 1.867 manifestações nos últimos dois anos



Conselheiro-ouvidor, Antonio Joaquim, destaca avanço nas respostas dadas aos usuários.

A Ouvidoria-geral do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) recebeu, classificou e tratou 1.867 manifestações nos últimos dois anos. Durante a gestão do presidente da instituição, conselheiro José Carlos Novelli, e sob liderança do ouvidor-geral, conselheiro Antonio Joaquim, a unidade registrou percentual de mais de 70% de satisfação dos usuários, incluindo cidadãos, pessoas jurídicas, entidades da sociedade civil e sindicatos.

“Avançamos na busca por respostas rápidas, qualificadas, com linguagem clara e objetiva. Desta forma, possibilitamos que as manifestações pro-

porcionem contínua melhoria dos serviços públicos prestados. Então, a Ouvidoria-geral tem feito seu papel como interlocutora entre o usuário e o TCE-MT, aprimorando a cada dia o trabalho com a revisão e implementação de novos fluxos”, explica o ouvidor-geral.

Já no início do biênio, foi elaborado o Plano de Ação 2022/2023 do setor, que tem entre seus objetivos despertar a cultura da participação social na administração pública. É o que reforça Antonio Joaquim, ao destacar que o canal é um instrumento de democracia direta. “As ouvidorias garantem a participação do cidadão no dia a dia das institui-

ções, o que é essencial para o exercício da cidadania e para o avanço das políticas públicas.”

Para além dos atendimentos, a unidade norteou as ações do TCE-MT em conformidade com a Lei Federal n.º 13.460/2017 (Código de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos), sendo crucial para a instituição das resoluções normativas n.º 05/2022 e n.º 20/2022.

Com base na norma, também contribuiu para a estruturação de ouvidorias nas prefeituras e câmaras do estado. “Costumo dizer que esta lei é o ‘Procon do serviço público’ e a atuação dos Tribunais de Contas foi decisiva para sua execução, pois, além de orientar, passou a ser possível sancionar as que não cumprirem com o que ela determina”, afirma o ouvidor-geral.

Outra ação importante diz respeito à implementação do novo canal de Ouvidoria on-line, que reforça o sigilo nos processos de denúncia e comunicação de irregularidades, trazendo mais segurança

às tramitações. A unidade também coordenou a atualização da Carta de Serviços do TCE-MT e desenvolveu o painel de inteligência da Ouvidoria-geral, para fins de controle dos protocolos oriundos das manifestações recebidas.

Vale destacar ainda, a elaboração e coordenação da Resolução Normativa n.º 20/2022 que regulamentou o recebimento, tramitação e apuração de denúncia e comunicação de irregularidade no âmbito do TCE-MT e a elaboração de seis instruções internas, visando a padronização de procedimentos.

“A Ouvidoria-geral tem feito seu papel como interlocutora entre o usuário e o TCE-MT”



Lançamento do Programa Tricotando sobre Ouvidoria.

De olho na capacitação, foram realizadas duas oficinas do projeto “Ouvidoria Para Todos”, durante duas edições do TCE em Movimento, nos municípios de Sinop e Barra do Garças, ainda em 2022. Em 2023, a qualificação acompanhou o Tribunais em Ação, realizado em Rondonópolis. Somadas, as iniciativas abrangeram 271 ouvidores e servidores de ouvidorias jurisdicionadas do TCE-MT.

Sob esta perspectiva, a Ouvidora qualificou 203 servidores do Executivo e do Legislativo do estado e dos municípios, além do Judiciário, em sete edições do Programa Interage. Além disso, em parceria com a Escola Superior de Contas, realizou o curso EaD “Ouvidoria Para Todos”, que tratou sobre temas como Lei de Acesso à Informação (LGPD) e Código de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos.

“O Ouvidoria para Todos é um programa de orientação e estímulo para que todas as prefeituras e câmaras tenham a sua ouvidoria funcionando adequadamente. Este é um canal que representa a democracia na veia, porque não precisa de intermediários entre o cidadão e o Poder Público”, sustenta Antonio Joaquim.

Também em 2023, lançou o “Tricotando sobre Ouvidoria”, que articula as ações da unidade de acordo com as demandas das ouvidorias de todo o estado. “Isso traz uma dinâmica mais prática para esta relação e assim podemos tirar dúvidas e abrir um diálogo para auxiliar os jurisdicionados no que eles mais precisam”, diz o secretário-executivo da Ouvidoria-geral da Corte de Contas, Américo Corrêa.



Além disso, o TCE-MT promoveu treinamento para o 2º ciclo do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), que avalia 288 portais em Mato Grosso. Organizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Programa é coordenado em âmbito nacional pelo conselheiro Antonio Joaquim e tem como objetivo a prevenção da corrupção e o fortalecimento da democracia no país.

Todo esse trabalho teve repercussão ampliada no país graças à participação em duas Assembleias da Rede Nacional de Ouvidorias da Controladoria, no Programa Nacional de Transparência Pública da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e no grupo de trabalho do Instituto Rui Barbosa (IRB), responsável pelo Manual de Orientações Técnicas para a criação do Conselho de Usuários.

“É um canal que representa a democracia na veia, porque não precisa de intermediários entre o cidadão e o Poder Público”

A equipe também fez parte da criação da Nota Técnica n.º 001/2023 do Comitê de Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social do Instituto Rui Barbosa, que prevê a instituição de Ouvidorias em todos os jurisdicionados do Brasil, e da organização de duas edições do Encontro Nacional de Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social, realizadas em Belo Horizonte (MG) e Natal (RN), em 2022 e 2023, respectivamente.

Conselheiro-ouvidor, Antonio Joaquim, em oficina do Ouvidoria para Todos em Rondonópolis.



Corregedoria Geral fortalece decisões estratégicas da gestão e contribui para aperfeiçoamento do controle externo

Unidade lançou Painel Calculadora e realizou campanhas internas para fortalecer ética no trabalho e combater assédio



Conselheiro Guilherme Antonio Maluf defende importância do setor para o controle externo.

Aliando sua missão basilar à inovadora ferramenta de transparência, a Corregedoria Geral do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) buscou aprimorar sua atuação ao longo do biênio 2022/2023. Sob a liderança do corregedor-geral, conselheiro Guilherme Antonio Maluf, trabalhou pelo fortalecimento das decisões estratégicas da gestão e

contribuiu para o aperfeiçoamento do controle externo mato-grossense.

Para tanto, com apoio da Presidência, lançou o Painel Calculadora, plataforma eletrônica que tem por princípio básico mensurar a eficiência e eficácia interna. “As funcionalidades dessa ferramenta



Servidores da Corregedoria Geral no Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas do Brasil (ENCCO 2023), em Natal (RN).

incluem a organização e a autoavaliação dos servidores, assegurando a produtividade e a entrega de resultados. Quem controla precisa demonstrar que pode ser controlado e a plataforma permite o autocontrole do Tribunal”, declarou o corregedor-geral.

Conforme Maluf, o Painel Calculadora é uma moderna ferramenta de transparência, que vai ao encontro de uma das metas estipuladas e cumpridas pelo conselheiro-presidente, José Carlos Novelli, no biênio: a redução do estoque processual do órgão. “Quando constatado um passivo muito gran-

de de processos nos setores, um patamar abaixo do esperado, é possível correr atrás imediatamente para reduzir os estoques e alcançar a excelência nas ações.”

Nesse contexto, a plataforma também auxilia nas atribuições da Corregedoria de avaliar o cumprimento das metas dos prazos processuais e auxiliar no gerenciamento de riscos, por meio de uma atuação preventiva.

Além disso, na frente orientativa e do controle disciplinar dos servidores e membros, com base nos princípios éticos e legais e sempre buscando contribuir para a efetividade do controle externo, realizou todas as campanhas internas previstas no planejamento, como contra o assédio e a da ética.

Intercâmbio de conhecimento

Outro ponto destacado por Maluf foi o intercâmbio de conhecimento com corregedorias de outros Tribunais de Contas do país. “Representantes da Corregedoria do Tribunal de Contas de Mato Gros-

“As funcionalidades dessa ferramenta incluem a organização e a autoavaliação dos servidores”

so estiveram em outros estados levando nossa experiência e buscando experiências exitosas, essa era outra meta da nossa gestão que foi cumprida”.

Como exemplo, citou a participação dos servidores na elaboração das Cartas Compromisso que vão orientar as ações de controle e governança nas Cortes de Contas brasileiras ao longo de 2024. As metas foram apresentadas em Natal (RN), no encerramento do Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas do Brasil (ENCCO 2023).

O objetivo é que as Cartas estabeleçam prioridades, de forma que a atuação dos órgãos seja padronizada com base em princípios comuns. Para tanto, a Carta das Corregedorias propõe 29 itens, incluindo a elaboração de planos para correições, a instituição de códigos de ética, o combate ao assédio moral e sexual e a todos os tipos de discriminação.

Em parceria com a Corregedoria Geral do TCE-SC, a Corregedoria Geral do TCE-MT também elaborou questionário respondido por todos os tribunais do país. O trabalho levou em consideração o Marco de Medição de Desempenho (MMD-TC) e resultou em diagnóstico apresentado durante o evento.

“A partir dos dados levantados, foi desenvolvido

**“Quem controla
precisa demonstrar
que pode ser
controlado”**

um dos tópicos que compõem a Carta Compromisso das Corregedorias. Sempre buscamos contribuir, trazendo soluções, boas práticas e normativos. A ideia é unirmos forças para modernizar e garantir mais eficiência ao controle externo”, disse o corregedor-geral.

**“A ideia é unirmos
forças para
modernizar e garantir
mais eficiência ao
controle externo”**

Ao longo do biênio também foram criados relatórios de desempenho, publicadas instruções normativas, além das ações relacionadas às correições. Vale destacar que TCE-MT é um dos poucos Tribunais de Contas do país que faz uma correição contínua, um controle de prazo processual contínuo, o ano todo. O trabalho é no sentido de apoiar o controle externo no aspecto de implementar e fomentar a agilidade processual, buscando uma maior eficiência.

O trabalho desenvolvimento em Mato Grosso foi destaque, inclusive, no Encontro Nacional realizado em Natal. A atuação preventiva na tramitação de processos, os modelos e indicadores relacionados às correições realizadas na Corte de Contas, foram apresentados em grupo de trabalho (GT) e apontados como referência para outros tribunais durante os debates. Tanto é que o Plano Anual de Correição considerou a planilha de risco já adotada no âmbito da Corte mato-grossense.

Corregedor-geral do TCE-MT, conselheiro Guilherme Antonio Maluf, durante lançamento do Painel Calculadora.



CPNJur é peça-chave na consolidação do TCE-MT como solucionador de conflitos

Comissão refinou fluxos e passou a receber demandas mais complexas, graças ao aumento da procura dos jurisdicionados pelas mesas técnicas

Mais do que garantir qualidade às propostas normativas e pareceres técnicos, a Comissão Permanente de Normas, Jurisprudência e Consensualismo (CPNJur) tornou-se peça-chave na consolidação do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) como agente resolvidor de conflitos. Por meio das mesas técnicas conduzidas pelo setor, a Corte de Contas passou a apontar soluções para problemas complexos na administração pública, dando novo rumo ao desenvolvimento social e econômico do estado no biênio 2022/2023.

Quem está à frente do trabalho é o vice-presidente da instituição, conselheiro Valter Albano, que destaca a missão da CPNJUR de promover o consensualismo por meio das Mesas Técnicas e manter as normas e jurisprudência do Tribunal estáveis, íntegras e coerentes. Não à toa, nos últimos dois anos, foram emitidos 126 pronunciamentos conclusivos em processos de consultas formais, 14 em processos de revisão de pré-julgados e outros 47 em processos de normatização, com o apoio da Secretaria de Normas, Jurisprudência e Consensualismo - SNJur.

“Estes resultados estão alinhados à proposta de gestão do nosso presidente José Carlos Novelli, que criou a Comissão e instituiu as mesas técnicas

no início de sua gestão. Desta forma, ao mesmo tempo em que priorizamos o diálogo, a construção e a cooperação antes da sanção, também estamos legitimando decisões e ampliando a segurança jurídica para os nossos fiscalizados”, afirma Albano.

Ao acrescentar a esta lista a apresentação de propostas de boletins de jurisprudência, de atualização da consolidação de entendimentos técnicos e de inscrição de enunciados de súmulas, o conselheiro cita ainda a proposta de Emenda Regimental 2/2023, destinada à internalização do Código de Processo de Controle Externo do Estado de Mato Grosso no âmbito do TCE-MT.

“Fomos provocados e começamos a nos perguntar como poderíamos contribuir para o bom funcionamento da administração pública”



Presidente da Comissão Permanente de Normas, Jurisprudência e Concensualismo, conselheiro Valter Albano.

Também chama a atenção para a realização de 22 análises e decisões quanto à admissibilidade de propostas de mesas técnicas, a conclusão de nove mesas e a emissão de 11 pronunciamentos conclusivos em processos de mesas técnicas. Instalada em janeiro de 2022 pelo conselheiro-presidente, José Carlos Novelli, esta ferramenta assegura o emprego de métodos e técnicas destinadas a promover o consensualismo, a eficiência e o pluralismo na solução de temas controvertidos relacionados à administração pública e ao controle externo, materializando o melhor interesse público.

“Desde que adotamos as mesas, houve um refinamento do fluxo, os profissionais se capacitaram e aumentou a transparência dos resultados, o que contribuiu para o sucesso do instrumento implantado pelo Tribunal. Então, as demandas cresceram em relação ao ano passado, assim como a complexidade dos assuntos”, avalia Albano.

Os resultados foram observados, por exemplo, em agosto deste ano, quando o Tribunal encerrou uma luta histórica travada por cerca de oito mil agentes

comunitários de saúde e de combate a endemias ao estabelecer marco regulatório para as categorias. A partir da atuação do órgão, a regulamentação referente ao vínculo, remuneração e pagamento de insalubridade aos profissionais passará a ter a mesma interpretação, independentemente do município onde atuam.

Ainda sob a perspectiva de direitos básicos, as mesas apontaram os caminhos legais para continuidade das obras do novo Hospital Júlio Muller. “Se isso não fosse feito, terminaria por ter que se encaminhar uma nova licitação, gastando mais anos e anos para a conclusão de uma obra tão importante. Desta forma se faz um controle externo que não é prévio, mas que é anterior a possível ocorrência de erros e danos”, pontua Valter Albano.

Além disso, mostraram a viabilidade do investimento de recursos públicos na construção de casas em loteamento privados, barateando custos que serão repassados à população, ampliando o acesso à moradia e reduzindo o déficit habitacio-



nal dos municípios. A mesa foi proposta a partir de consulta formulada pela Prefeitura de Tapurah.

Da mesma forma, foi apresentado ao Estado um novo modelo de contratação de empresas que garante alimentação de qualidade a cerca de 12 mil reeducandos do sistema prisional. “A equipe se debruçou sobre o tema por cinco meses até chegarmos a este entendimento. Há uma ordem de grandeza extraordinária do ponto de vista humano e social”, afirma.

“Há uma ordem de grandeza extraordinária do ponto de vista humano e social”

Desenvolvimento econômico

Mas, para além da dimensão humanitária, o trabalho também vem alicerçando o avanço econômico. É o caso da retomada de projetos para a pavimentação da antiga Rodovia BR-174, agora MT-170, após estudo apresentado pelo órgão. As intervenções previstas para o trecho, fundamental para o escoamento da produção estadual e acesso na-

quela região, incluem o asfaltamento de 271,6 km e a construção de 23 pontes de concreto, interligando Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Roraima.

Outro resultado emblemático é o do destravamento e continuidade da obra do Sistema Ferroviário Rondonópolis-Cuiabá-Lucas do Rio Verde. Graças à mesa técnica, foi garantido o cumprimento de exigências socioambientais nas Terras Indígenas (Tis) Tadarimana e Teresa Cristina, por onde passa o empreendimento, sem prejudicar a competitividade e a logística do estado, o maior produtor de grãos do país.

Ao resolver diversos litígios, o instrumento também promove economia e celeridade às ações do poder público. É o que foi observado quando o TCE-MT evitou disputa judicial entre a Prefeitura de Cuiabá e a Associação Mato-grossense dos Transportadores Urbanos (AMTU), impedindo também uma eventual interrupção no serviço de transporte coletivo.

Neste sentido, outros desfechos importantes incluem a solução de controvérsias na concessão de mercados do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal e a desburocratização nas contratações para reformas de prédios estaduais. Neste caso, a Corte de Contas apontou a possibilidade de o Governo do Estado credenciar empresas que prestam este serviço, deixando-as aptas à contratação pelos órgãos da gestão interessados.



Mesa técnica que garantiu a continuidade da obra do Sistema Ferroviário Rondonópolis-Cuiabá-Lucas do Rio Verde.

Reconhecimento nacional

Segundo Albano, os resultados positivos trouxeram uma maior procura por parte dos municípios, dos Poderes Legislativo, Judiciário e demais órgãos. Isso porque, em 2022, o maior demandante foi o poder Executivo Estadual. Desta forma, além do reconhecimento dos gestores mato-grossenses, as mesas também se firmaram como referência no Brasil afora.

Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) receberam a equipe da SNJur para conhecimento do instrumento e apontaram como a mais moderna solução adotada pelas Cortes de Contas do país atualmente. Além disso, a exemplo do TCE-MT, criaram a Secretaria de Controle Externo (Secex) de Consenso.

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE), além de diversas outras instituições, também já destacaram sua eficácia. O instrumento também foi apresentado como boa prática a outros Tribunais do Brasil durante o Lab-TCEs.

“Fomos provocados e começamos a nos perguntar como poderíamos contribuir para o bom funcionamento da administração pública brasileira, caminhando o mais rapidamente possível para deixar o modelo antigo, sancionador. Então, estamos ajudando nossos fiscalizados a superarem os temas mais complexos do ponto de vista técnico, jurídico e, nesse caminhar, também asseguramos mais celeridade e qualidade na prestação do serviço ao cidadão”, conclui Valter Albano.



Secretária de Normas e Jurisprudência (SNJur), Lisandra Ishizuka Hardy Barros, durante mesa técnica que apontou caminho técnico-jurídico para que o Estado garanta alimentação de qualidade aos reeducandos do sistema prisional.

Comissão de Meio Ambiente amplia papel do TCE-MT e estrutura desenvolvimento sustentável estadual

Estratégia inclui a mobilização entre as instituições e o diálogo com os gestores dos municípios



À frente da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), o conselheiro Sérgio Ricardo tem liderado as discussões sobre desenvolvimento sustentável. Assim, para além da preservação dos ecossistemas mato-grossenses, a Comissão também assumiu, ao longo do biênio 2022/2023, importante papel no combate às desigualdades socioeconômicas que marcam as regiões do estado.

“Quando todos se reúnem na mesma mesa, as coisas andam. Estamos falando da porta de entrada para o Pantanal”

Para tanto, o presidente da Comissão atua de forma integrada, reunindo diversas instituições em busca de soluções. Um bom exemplo disso é Barão de Melgaço, que vive crise sanitária e financeira. “Este é um caso emergencial, que requer medidas urgentes. Um município em que sua população bebe água poluída e joga todo seu esgoto in natura no Pantanal, que segundo o último censo do IBGE teve uma piora no que já estava difícil, necessita de um plano de ação urgente e integrado”, afirmou o conselheiro.

Em reunião ampliada realizada em outubro deste ano, ficou definido que o TCE-MT vai subsidiar o Estado para a realização de licitação emergencial para a construção de uma Estação de Tratamento de Água (ETA) no município, pondo fim a entraves burocráticos que perduram há mais de sete anos. Participaram do encontro Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA), Governo do Estado, Ministério Público Estadual (MPE) e Assembleia Legislativa (ALMT), dentre outros.



II Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas. Desenvolvimento e Sustentabilidade, realizado em Cuiabá.

Na ocasião, o conselheiro apresentou análise da qualidade da água de Barão de Melgaço. Solicitada pela Comissão, a pesquisa mostrou que, entre as dez instalações públicas analisadas, apenas uma tem água potável. A água das escolas, creches e da própria sede da prefeitura não é potável e apresentou altos níveis de coliformes (indicadores de contaminação).

O engajamento também resultou em ação conjunta que busca viabilizar projeto para a nova Transpantaneira, que vai interligar a Região Norte ao Pantanal e impulsionar o turismo de Mato Grosso. Com 90 km, o trecho dá acesso à 11 antigas usinas de cana de açúcar. “Quando todos se reúnem na mesma mesa, as coisas andam. Estamos falando da porta de entrada para o Pantanal. Então, com esse trabalho, estamos cuidando de todo o bioma, não só do município”, salientou Sérgio Ricardo, em expedição que percorreu a estrada.

No mês de setembro, Sérgio Ricardo propôs que o Tribunal passe a avaliar, no julgamento das contas anuais de governo e de gestão, a execução de políticas públicas ambientais. O objetivo é que gestores demonstrem a boa aplicação dos recursos no setor. “Isso inclui a estruturação e atualização da base de legislação ambiental e a verificação das despesas públicas, considerando suas consequências ambientais. A fiscalização vai auxiliar os municípios para que eles se adaptem cada vez mais rápido às questões ambientais. Isso tem que chegar a todo o estado, então temos muito trabalho pela frente”, explicou.

Considerando a realidade estadual, Sérgio Ricardo estabeleceu recentemente 25 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que devem, até 2050, nortear ações para a redução da pobreza e para a proteção do meio ambiente e do clima. As metas levam em consideração os ODS da Orga-



Ação em comemoração ao Mês do Meio Ambiente.



Ação conjunta para viabilizar a nova Transpantaneira, que vai interligar a Região Norte ao Pantanal e impulsionar o turismo de MT.

nização das Nações Unidas (ONU) e consideram, dentre outros, a erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável.

A partir desta perspectiva mais ampla sobre sustentabilidade, o conselheiro reforça a importância global de Mato Grosso frente à urgência climática. Isso porque, o estado, além de ser o maior produtor agropecuário do Brasil, também é o único que abriga três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. “O desenvolvimento sustentável passa pelo debate ambiental em Mato Grosso, onde temos ilhas de prosperidade e riqueza e ilhas de miséria. Estamos fazendo o nosso papel de fiscalizar, mas também de orientar políticas públicas, porque o estado só vai acabar com as desigualdades com gestão de qualidade.”

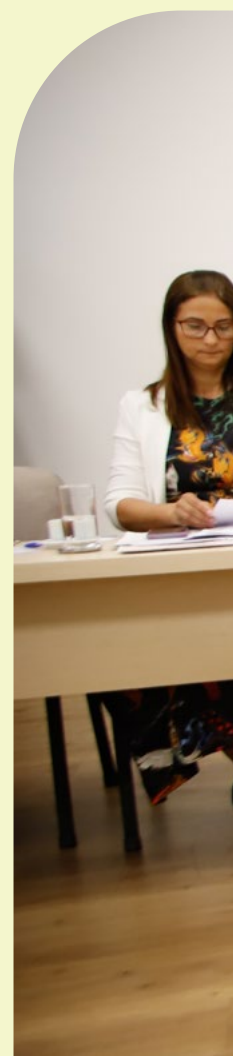
Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

A Comissão também vem subsidiando o avanço das tratativas legais para o fim dos lixões no estado, em cumprimento da Política Nacional de Resí-

“Com esse trabalho, estamos cuidando de todo o bioma, não só do município”

duos Sólidos (PNRS - Lei 12.305). A partir de 2022, a equipe realizou levantamento e, com os resultados, encaminhou ofícios aos 141 municípios. Em junho de 2023, foi apontada a possibilidade de que os prefeitos de Alta Floresta, Carlinda, Nova Bandeirantes, Paranaita, Nova Monte Verde e Apiacás recorram à cobrança de acordo financeiro com a Usina Hidrelétrica Teles Pires para garantir a instalação de aterros sanitários.

O trabalho se estendeu aos municípios da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, que, a convite de Sérgio Ricardo, vieram ao Tribunal em busca de alternativas para a consolidação de consórcio intermunicipal que garanta a adequação. Prefei-



tos de Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger, Acorizal, Chapada dos Guimarães, Nobres, Rosário Oeste, Barão de Melgaço, Jangada e Poconé já iniciaram as tratativas coordenadas pelo TCE-MT e pelo Ministério Público (MPE-MT).

Para conferir de perto esta realidade, Sérgio Ricardo já fez visitas técnicas aos aterros sanitários de Cuiabá, Chapada dos Guimarães e Rondonópolis, por exemplo. “Isso é determinante para o cumprimento da legislação, que estabelece a extinção de lixões até 2024. Os municípios estão buscando a solução para o problema e nós estamos contribuindo. Não fazemos política pública, mas orientamos sobre as melhores práticas, assim, estamos garantindo não só o cumprimento da legislação, mas também atendendo a uma demanda fundamental para a vida no Planeta.”

II Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas

Nesse sentido, em maio de 2023, por meio da Comissão, o TCE-MT realizou o II Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas: Desenvolvimento e Sustentabilidade. O encontro reuniu 2 mil participantes de todo país em um debate com autoridades e especialistas com atuação nacional e internacional em nove painéis e quatro palestras. Do consumo consciente à questão socioeconômica, os diferentes recortes da discussão ambiental foram contemplados na programação.

Na ocasião, o conselheiro Sérgio Ricardo lançou a 1ª Conferência do Clima na Amazônia, além da Cápsula do Tempo 2050. Também anunciou e articulou institucionalmente a criação de um banco de sementes de plantas nativas que auxiliarão na

Comissão atua de forma integrada com diversas instituições em busca de soluções para problemas vivido por Barão de Melgaço.



restauração de biomas atingidos pelo fogo nos últimos anos por meio do plantio de 5 milhões de árvores.

O Congresso ainda foi palco para a retomada do programa de sustentabilidade Bid Pantanal, com investimento de U\$ 400 milhões aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com vistas no desenvolvimento sustentável do bioma, a iniciativa foi anunciada pelo titular do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Carlos Fávaro, e contempla áreas como saneamento básico, implantação de aterros sanitários e abertura de estradas.

Na data, foi lançada a Carta para a Amazônia, que traça estratégias em quatro eixos principais para a conservação e desenvolvimento do bioma: a criação de ambientes com informações que subsidiem a tomada de decisões; a verificação de pro-

cessos de fiscalização e embargo junto às secretarias de meio ambiente; regularização fundiária e, por fim, mecanismos para compensação pela adoção de práticas sustentáveis. A elaboração do documento contou com trabalho da Comissão, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e de outros Tribunais da Amazônia.

“O estado só vai acabar com as desigualdades com gestão de qualidade”

Capacitação Mercados de Carbono: Fundamentos e Desafios.





Conselheiro Sérgio Ricardo durante visita ao aterro sanitário de Barra do Garças.

Capacitação

Ao longo do biênio, a Comissão também garantiu a capacitação de servidores de diversas instituições sobre temáticas ligadas ao desenvolvimento sustentável. Deste modo, a equipe viabilizou as capacitações Desenvolvimento e Sustentabilidade, Mercados de Carbono: Fundamentos e Desafios, e Controle Externo do Meio Ambiente. “Estamos ampliando o debate sem deixar de lado quem produz de forma sustentável, especialmente, considerando que o desafio do estado é reduzir em até 80% a emissão de gases do efeito estufa até 2030 e em até 100% até 2050”, reforçou Sérgio.

Neste contexto, vale destacar ainda a participação na Conferência Estadual da Advocacia, no painel “Meio Ambiente e Sustentabilidade: A Atua-

ção do TCE/MT no Controle Externo da Gestão Ecológica e na Autocomposição de Conflitos”; no Seminário do Instituto Rui Barbosa (IRB) “O controle Externo e o Novo Marco Legal do Saneamento Básico”, no curso com o Conselheiro da ONU - Carlos Silva Filho, com o tema “Planejamento Estratégico em gestão de Resíduos Sólidos”, no 1º Fórum Municipal do Meio Ambiente de Tangará da Serra e no workshop Segurança Hídrica da Baixada Cuibana.

Bons frutos

Nos últimos dois anos, também foram realizadas campanhas internas que garantiram a conscientização dos servidores a partir de iniciativas como o Mês do Meio Ambiente, celebrado em junho. No período, foram doadas 800 mudas aos servidores





e houve o lançamento da Cartilha 2050. Já em setembro de 2023, em comemoração ao Dia da Árvore, foram distribuídas 200 mudas na instituição.

Dentre as iniciativas concretizadas pelo grupo, Sérgio Ricardo lembra o Projeto Cidades da Floresta – Abraço da Amazônia, que teve início em novembro de 2022 no município de Sinop, durante o Programa TCE Em Movimento. Vale destacar ainda termo de cooperação firmado com o Juizado

Volante Ambiental (Juvan), do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e ações para o plantio de mudas em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT).

Os esforços chamaram a atenção também fora do país. Neste ano, o conselheiro participou do Congresso Ibero-americano de Direitos Humanos, na Espanha, onde ressaltou a relevância de mostrar para o mundo o trabalho desenvolvido pelo TCE-



Abraço ao Rio Coxipó chama atenção para degradação do rio que mata a sede de 45% de Cuiabá.

-MT. “É importante poder falar em um encontro internacional, onde estão presentes grandes pensadores do mundo todo, sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, que nosso TCE defende para Mato Grosso. As mudanças climáticas, desmatamento e poluição são motivos de preocupação de todos os países”, pontuou.

O prestígio conferido por esta série de ações levou à Comissão a acompanhar, junto ao Governo do

Estado, o Plano de Ação 2022/2023 para Combate ao Desmatamento Ilegal e Incêndios Florestais. O grupo também fez parte do acompanhamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar (CBMMT) do Plano de Operações para a Temporada de Incêndios Florestais 2022/2023 e participou de debate na Câmara de Mudanças Climáticas da Assembleia Legislativa, dentre outros.

Comissão reforça papel do controle externo no avanço das políticas de saúde e assistência social

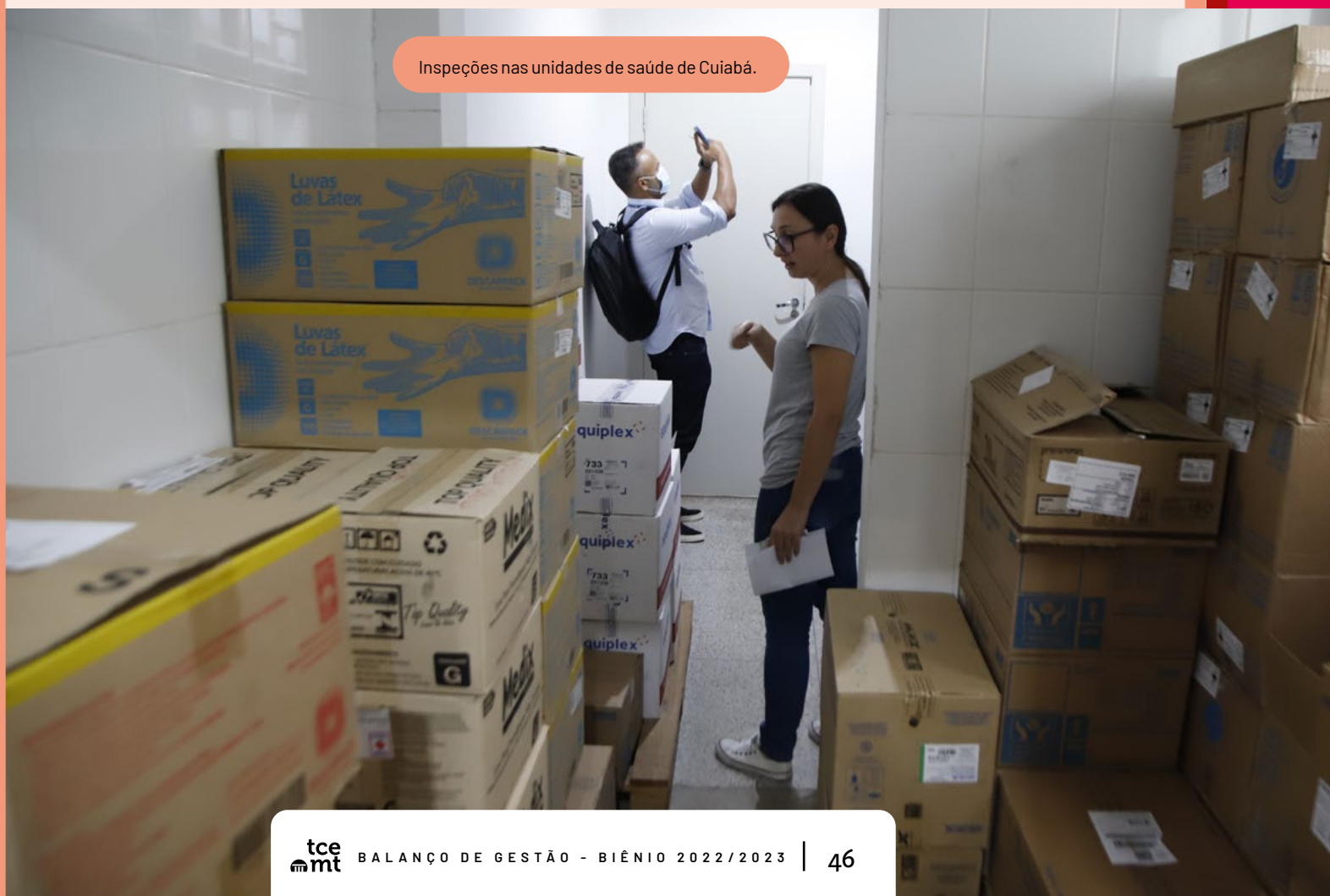
Lançamento de ferramentas como Radar Saúde e Radar Assistência Social subsidiam decisões dos gestores e asseguram monitoramento social

Enfrentando as principais fragilidades de duas frentes sensíveis, a Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social (CPSA) do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), presidida pelo conselheiro Guilherme Antonio Maluf, adotou como principais desafios nestes quase dois anos de atuação a baixa cobertura vacinal do estado e

a regulamentação, estruturação e implementação das políticas de assistência social.

Na área da saúde, lançou um novo módulo do Sistema Radar de Controle Público e implementou dois submódulos, com indicadores da primeira infância e de imunização. “Essa ferramenta é uma solução

Inspecções nas unidades de saúde de Cuiabá.





Lançamento do Radar Saúde, novo módulo do Sistema Radar de Controle Público.

de tecnologia institucional que tem por objetivo maximizar e qualificar a transparência informacional da gestão pública mato-grossense”, salientou o presidente.

Apresentado em março deste ano, o Radar Saúde traz números sobre despesas, equipamentos, equipes, estabelecimentos, leitos, e planos de saúde em Mato Grosso. Em junho, a plataforma foi atualizada com o submódulo “Primeira Infância”, que disponibiliza indicadores sobre peso ao nascer, consultas pré-natal, mortalidade na infância, dentre outros.

Já no dia 17 de outubro, Dia Nacional da Vacinação, a Comissão lançou o submódulo “Imunização”, com informações referentes aos imunizantes previstos no calendário nacional da criança. A ferramenta apresenta a média por vacina, ranking da cobertura vacinal, total de doses aplicadas, bem como a série histórica da cobertura vacinal e doses aplicadas por município nos últimos dez anos.

“O índice de cobertura vacinal no estado encontra-se abaixo da meta de 95% recomendada pelo Ministério da Saúde. Corremos o risco de ressuscitar doenças que estavam extintas. É só dando as mãos que voltaremos aos números do passado, quando o Brasil tinha a maior política de vacinação

“O objetivo é maximizar e qualificar a transparência informacional da gestão pública”

do mundo. Não podemos deixar de lutar pelas vacinas, para trazer para o SUS imunizantes como o da dengue e tantos outros que já têm eficácia comprovada”, declarou Maluf.



Reunião da equipe da Comissão de Saúde e Assistência Social.

Nesse contexto, a CPSA também foi responsável pelo projeto “Estratégias para o fortalecimento da imunização dos 141 municípios mato-grossenses”, voltado à qualificação de profissionais que atuam na imunização, por meio de ações conjuntas com órgãos público e de controle social.

O projeto foi dividido em cinco etapas, que consistiram na expedição de nota recomendatória às secretarias de saúde do estado e dos municípios; visita à Rede de Frio para conhecer o fluxograma, acondicionamento, armazenamento e distribuição dos imunobiológicos e insumos aos municípios; questionário para verificar as ações programáticas de vacinação e as principais fragilidades dos

profissionais responsáveis pela aplicação de vacina; capacitação sobre a “Atualização em Sala de Vacina”; e acompanhamento e monitoramento do avanço da imunização nos municípios e implementação das estratégias de melhoria.

“Nosso objetivo é fortalecer a política de imunização antes de cobrarmos isso efetivamente dos nossos jurisdicionados. Vai chegar o momento que

**“Não podemos
deixar de lutar
pelas vacinas”**



Dados sobre a imunização contra sarampo, caxumba e rubéola (tríplice viral) levantados pelo Sistema Radar no dia 29/11/2023.

essa cobrança vai acontecer e vai interferir, inclusive, nas contas daquele prefeito que não se sensibilizar sobre a importância da cobertura vacinal”, explicou o presidente.

Além da cobertura vacinal, a Comissão também tem atuado no enfrentamento à demanda reprimida de cirurgias eletivas. Nesse sentido, emitiu nota recomendatória às secretarias de saúde para que adotem medidas para cumprir o Decreto Estadual n.º 123/2023, que dispõe sobre a atualização ca-


dastral e intervenção na fila de espera na regulação.

Recomendou ainda ao estado e aos municípios que estendam o horário de atendimento das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e fortaleçam a rede de atenção primária. Para isso, estabeleceu uma série de medidas que foram aprovadas em sessão plenária. A nota recomendatória considerou a falta de resolutividade constatada nos atendimentos prestados nesta etapa, apontada como a principal

Taxa de utilização da capacidade instalada de referenciamento por município - 2022



Dados sobre Assistência Social levantados pelo Sistema Radar no dia 29-11-2023.



Lançamento do Programa Estratégias para o fortalecimento da imunização dos 141 municípios mato-grossenses.

porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). “Uma atenção primária de qualidade pode reduzir os gastos totais e melhorar a eficiência na saúde, reduzindo as internações hospitalares”, sustentou o conselheiro.

Assistência Social

Na outra vertente de atuação, a CPSA lançou o Radar da Assistência Social, instrumento de monitoramento de áreas sensíveis à efetivação das políticas públicas do setor e da estrutura e organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). “Essa ferramenta visa o controle de possíveis desconformidades e detecção de formas de aprimoramento

“Corremos o risco de ressuscitar doenças que estavam extintas”

amento para melhoria continuada da proteção social e garantia de direitos nos territórios jurisdicionados”, apontou Maluf.

A Comissão também emitiu nota recomendatória às secretarias de Assistência Social e Cidadania do estado e dos municípios para que adotem me-

canismos para a atualização e regularização dos registros do CadÚnico, considerando a importância desses dados para a execução de programas sociais.

Outra recomendação emitida foi referente a regulamentação da Política de Assistência Social e dos Benefícios Eventuais e implementação do Conselho de Assistência Social, do Fundo Municipal de Assistência Social e do Plano de Assistência Social por parte dos municípios.

“A princípio, estamos orientando os municípios para que regulamentem a política de assistência social para gerenciar estes recursos, propondo a criação de um fundo próprio, de conselhos municipais, legislação e de um planejamento para a assistência. Com isso, o gestor fará com que os recursos se transformem em ações efetivas”, ressaltou o conselheiro.

Atuação conjunta

A Comissão do TCE também atuou de forma a subsidiar o trabalho da Comissão Especial criada pelo TCE-MT para acompanhar a intervenção estadual na Saúde de Cuiabá, da qual o conselheiro é coordenador. A fim de identificar as principais inconformidades e fragilidades, realizou inspeções nas Unidades de Pronto Atendimento e Policlínicas dos bairros Morada Ouro, Pascoal Ramos, Verdão, Coxipó, Planalto e Pedra 90.

“Nessas visitas, constatamos, por exemplo, repetidas ações de descarte de grandes quantidades de medicamentos vencidos. Emitimos recomendações para que isso não volte a acontecer e, sobretudo, para que coloquem os medicamentos nas prateleiras. É disso que a população carece, dessa assistência farmacêutica, não adianta ir ao médico e não ter acesso ao medicamento”, destacou Maluf.

No TCE-MT, a Comissão também participou das mesas técnicas que apresentaram solução téc-

nico-jurídica a respeito do vínculo e remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde de Combate às Endemias e à alimentação do sistema prisional. Também está atuando na mesa técnica relativa ao fluxo das representações pré-processuais junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).

“Vai chegar o momento que essa cobrança vai acontecer e vai interferir, inclusive, nas contas”

Ao longo do biênio, também realizou inúmeras campanhas internas de Saúde e de Assistência Social, tais como de combate à leucemia, lúpus, Alzheimer e fibromialgia, participou de campanhas como Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul e do Mutirão da Saúde.

Nesse contexto de atuação conjunta, não apenas internamente no Tribunal de Contas, mas também com outros órgãos, a Comissão faz parte do Comitê Intersetorial da Oncologia, composto pelo Ministério Público do Estado (MPE-MT), secretarias de saúde, Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), dentre outros, e da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Assistência Social (CIB/SUAS/MT).

“Temos foco em uma atuação conjunta e inteligente, que norteie a administração pública para além da fiscalização de recursos. Só assim é que as ferramentas destinadas ao provimento de saúde e da assistência social, terão o devido alcance e poderão criar um cenário melhor para o futuro”, concluiu o presidente da CPSA.

Indutora de políticas públicas, comissão do TCE-MT detecta fragilidades e articula soluções para educação

Em trabalho conjunto, grupo atua para que os 141 municípios alcancem a meta de 100% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas

Comissão também debateu violência nas escolas.

Atuando como indutora de políticas públicas voltadas especialmente para a primeira infância no estado, a Comissão Permanente de Educação e Cultura (Copec) do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), presidida pelo conselheiro e ouvidor-geral Antonio Joaquim, imprimiu ações efetivas ao longo dos quase dois anos de atuação, detectando fragilidades

e propondo e articulando soluções junto a todos os atores envolvidos com a temática.

Ainda em 2022, a Comissão participou ativamente da implementação do Gabinete de Articulação para Efetividade das Políticas de Educação (Gaepe-MT) e, desde então, recebe a governança horizon-

tal, que envolve diferentes instituições na formulação, execução, controle e fiscalização de questões relacionadas à política educacional do estado e dos municípios.

“Este Pacto é importante para o futuro do ser humano”

Nesse trabalho em conjunto, a partir de questionário respondido pelos 141 municípios, traçou um diagnóstico sobre a situação das creches no estado, apontando a existência de 15 mil crianças na fila de espera por vaga.

Na sequência, os dados foram incluídos em Nota Técnica aprovada pelo Plenário do TCE-MT e que subsidiou o Pacto Interinstitucional pela Educação na Primeira Infância no estado, documento assinado por todas as instituições que compõem o Gaepe-MT e que conta hoje com a adesão de 133 municípios, graças a articulação da Comissão.

O objetivo é que os 141 municípios alcancem a meta de 100% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas. “Autoridades firmaram compromisso, cada qual em sua esfera de atuação, para garantir o acesso às creches, pré-escola e alfabetização de qualidade. Este Pacto é importante para o futuro do ser humano. Te-



Oficina da Comissão durante o Tribunais em Ação, em Rondonópolis.

enho certeza de que vamos fazer com que aconteçam as metas definidas para melhorar a educação em Mato Grosso”, avaliou o conselheiro.

Outra importante conquista do Gaepe-MT, proposta pelo conselheiro Antonio Joaquim e que contou com efetiva articulação da Comissão junto à Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), foi a inclusão de emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 assegurando recursos exclusivos para ações voltadas à resolução desse déficit. “O conceito da



Capacitação Mato Grosso unido pela infância construindo compromisso para rematricula escolar e imunização.



Operação Educação – A Comissão fiscalizou 16 unidades escolares estaduais e municipais durante a ação coordenada nacionalmente.

educação na primeira infância é profundo no sentido de que, o que se perde nesse período, não se recupera mais, porque envolve questões fisiológicas e de formação”, salienta Antonio Joaquim.

Em novembro do ano passado, a Copec também lançou o módulo “Ideb” no Radar de Controle Público – Educação. Por meio do painel de pesquisa, é possível cruzar dados e reforçar o monitoramento e as análises das informações relacionadas ao ensino, subsidiando o desenvolvimento de ações e para o avanço do setor.

Além disso, liderou os trabalhos da Operação Educação, uma auditoria coordenada realizada em todo o Brasil por iniciativa do Instituto Rui Barbosa (IRB), Tribunal de Contas de São Paulo (TCE-SP) e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Durante dois dias, foram fiscalizadas condições estruturais de salas de aula, banheiros, quadras, bibliotecas e refeitórios de 45 escolas municipais e estaduais em Mato Grosso. A fiscalização resultou em um amplo levantamento de dados, com conteúdo para embasar a elaboração de políticas públicas e nortear os investimentos no setor. Para tanto, foram mobilizados 34 auditores públicos externos do TCE-MT.

“Além de identificar os problemas, nosso objetivo também é apontar soluções, propondo ao Governo do Estado e às secretarias de educação do estado

e municipais um cronograma de ações para que as deficiências apontadas sejam resolvidas”, explicou o conselheiro.

Em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social do TCE-MT, a Copec também realizou o encontro “Mato Grosso unido pela infância: construindo compromisso para rematricula escolar e imunização”.

“Além de identificar os problemas, nosso objetivo também é apontar soluções”

“Nosso objetivo foi aprimorar a utilização da plataforma Busca Ativa Escolar. Hoje temos 18 mil crianças fora da sala de aula, é um número muito ruim, especialmente em um estado rico como o nosso. São índices que nos causam constrangimento”, salientou o conselheiro.

Ao longo desses quase dois anos, a Copec também participou ativamente de Programas como o Interação TCE, TCE em Movimento e Tribunais em Ação e integra o Programa de Sustentabilidade e Desenvolvimento de Municípios, que tem por objetivo comba-



Solenidade de instalação do Gabinete de Articulação para Efetividade das Políticas de Educação (Gaepe-MT).

ter as desigualdades regionais e garantir o equilíbrio econômico das 141 prefeituras do estado.

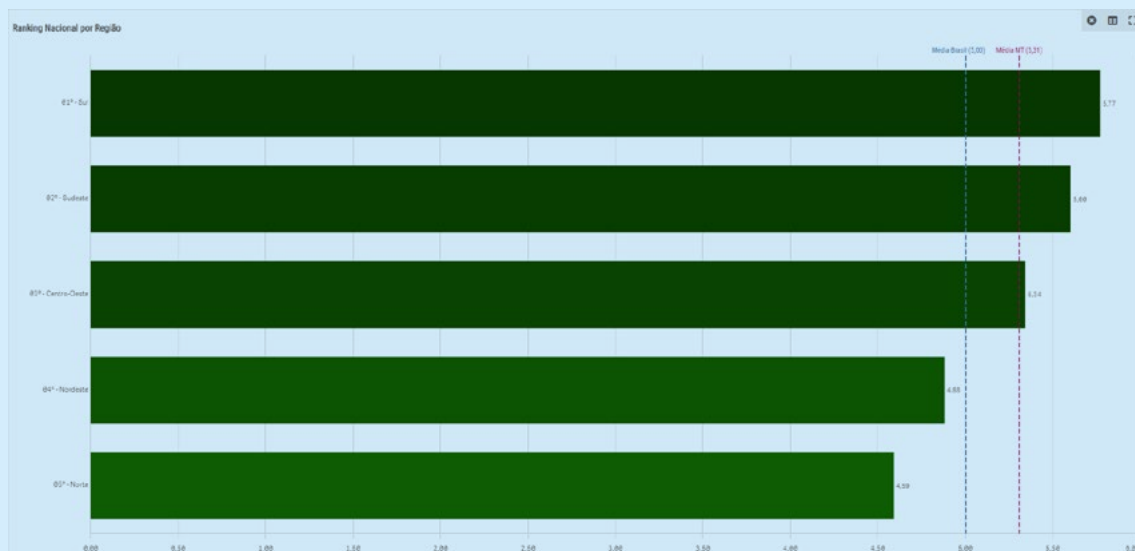
Em âmbito Nacional, participou da mobilização para consolidação de informações em apoio ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ministrou palestra no II Seminário Nacional da Primeira Infância dos Tribunais de Contas, do Simpósio Nacional da Educação, do 19º Fórum Nacional da Undime, além de ter indicado suplentes para os grupos de trabalhos, comissões e comitês técnicos do IRB, Atricon e demais Poderes relacionados à Educação e a Cultura.

A Comissão ainda posicionou sobre questões relacionadas à violência nas escolas e a exclusão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Edu-

cação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) dos limites de gastos previstos em projeto de lei complementar (PLC) em trâmite no Congresso Nacional.

Frente a tantas iniciativas, o conselheiro destaca o papel do controle externo no avanço de políticas públicas educacionais. “Somos juizes de contas, temos jurisdicionados, mas além de julgar, fiscalizar e auditar, temos competência consultiva, corretiva, normativa, orientativa e ouvidora. A Copec é uma novidade no Brasil, o TCE-MT resolveu ousar e criou sete comissões permanentes e essas comissões têm um trabalho à exceção do controle externo puro, ir na área consultiva, deliberativa e estratégica, ajudar a instruir políticas públicas dos gestores”, concluiu.

Dados do Ideb levantados pelo Sistema Radar no dia 29-11-2023.



Comissão permanente desenvolve programa que busca assegurar equilíbrio fiscal e fomentar potencial de investimento dos municípios

A proposta é executada por meio de seis projetos inter-relacionados e interdependentes, envolvendo as comissões permanentes do TCE-MT

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) iniciou o biênio 2022/2023, sob a gestão do conselheiro-presidente José Carlos Novelli, com uma nova visão institucional: tornar a administração pública municipal referência nacional. Para isso, focou em duas frentes, sendo uma voltada ao planejamento de longo prazo e outra ao equilíbrio fiscal e potencial de investimento dos municípios.

Com essa visão de transversalidade, em 2023, lançou e deu início à execução do Programa de Sustentabilidade e Desenvolvimento de Municípios de Mato Grosso. Instituído pela Resolução Normativa 09/2023, elaborada pela Comissão Permanente de Sustentabilidade Fiscal e Desenvolvimento do TCE-MT e aprovada por unanimidade do Plenário em abril deste ano, o Programa tem por intuito fortalecer a capacidade de governança institucional dos municípios, a fim de promover o desenvolvimento local sustentável nas dimensões fiscal, institucional, econômica, de infraestrutura, ambiental e social.

“É incrível como ações relacionadas ao desenvolvimento e à melhoria de gestão pública são desenvolvidas com tanta naturalidade no TCE-MT. No início de nossa gestão, implementamos o Programa de Gerenciamento do Planejamento Estratégico e agora o de Sustentabilidade e Desenvolvimento, iniciativas que estão interligadas, pois seria em vão desenvolver um planejamento estratégico de longo prazo junto aos municípios sem que eles tenham os recursos suficientes para efetivá-lo. Esta parceria é fundamental para o avanço fiscal, econômico e social”, declarou Novelli.

**“Esse Programa
vai aos municípios
no regime de
cooperação para
levar conhecimento”**



Presidente da Comissão Central do Programa, conselheiro Valter Albano.

Presidente da Comissão Central do Programa, o conselheiro Valter Albano ressaltou que o trabalho representa mais um passo largo, forte e estruturado no sentido de contribuir para a qualidade da administração pública dos municípios mato-grossenses. "E mais ainda, de exercer um papel indutor do seu desenvolvimento. Esse Programa vai aos municípios

no regime de cooperação para levar conhecimento, trocar conhecimento para a sustentabilidade fiscal, para que os municípios possam largamente exercer sua capacidade tributária própria, para que exerçam papel fiscalizador sobre as receitas do estado e da União que são compartilhadas, para tratar de desenvolvimento, quais são as suas vocações".

Prefeita de Santo Antônio de Leverger, Francieli Magalhães, assina termo de adesão ao Programa.





Prefeitos se reuniram no TCE-MT para o lançamento do Programa.

O Programa

O Programa é executado por meio de seis projetos inter-relacionados e interdependentes que, observadas as competências do TCE-MT, buscam contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos em 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU Agenda 2030). O principal intuito é otimizar o uso dos recursos públicos e apresentar soluções adequadas à realidade de cada um deles em busca do desenvolvimento socioeconômico e da redução das desigualdades regionais que marcam o estado.

Sendo assim, com a aprovação da resolução, a Comissão de Sustentabilidade deu início a uma série de reuniões para definir as diretrizes dos projetos temáticos e as estratégias para garantir o equilíbrio econômico das 141 prefeituras do estado. Dessa forma, a partir desse trabalho, com base em critérios técnicos e científicos, foram escolhidos 18 municípios para, inicialmente, aderirem ao Programa. Vale salientar que a adesão é voluntária.

“Num momento final da construção do nosso Programa, reunimos todas as comissões temáticas que impactam no desenvolvimento do estado e, mais diretamente nos municípios. Discutimos a forma de escolha, por relatoria, dos três municípios que serão

impactados já a partir de agora. O Tribunal de Contas não irá promover o desenvolvimento, mas será instrumento para esse desenvolvimento. Essa é a razão maior da existência do Programa e da nossa atuação”, destacou Albano.

Os Projetos

Voltado à sustentabilidade fiscal e ao desenvolvimento econômico, o projeto 1 foi elaborado pela Comissão de Sustentabilidade Fiscal e Desenvolvimento, sob Valter Albano, e tem como propósito contribuir para a adoção de práticas de gestão fiscal e tributária municipal responsáveis para assegurar a eficiência da arrecadação tributária própria e o controle das despesas correntes, assim como induzir a implementação de políticas públicas econômicas focadas no fortalecimento e diversificação da economia local, na geração de emprego e renda e na redução da pobreza. (ODS 8)

O projeto 2 está sob responsabilidade da Comissão Permanente de Infraestrutura, Tecnologia e Desestatização, presidida pelo conselheiro José Carlos Novelli, e diz respeito ao desenvolvimento de governança pública e infraestrutura. O objetivo é contribuir para a adoção de práticas de liderança, estratégia e controle nos municípios, tendo em vista a eficácia dos programas governamentais e a entrega efetiva de bons serviços ao cidadão. (ODSs 11 e 16)





Direcionado ao desenvolvimento ambiental, o projeto 3 é coordenado pela Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade, sob liderança do conselheiro Sérgio Ricardo, e busca promover o desenvolvimento ambiental, sustentável e inclusivo, por meio da implementação de políticas públicas ambientais, bem como garantir a disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos. (ODSs 6 e 15)

“Esta parceria é fundamental para o avanço fiscal, econômico e social”

Já o projeto 4 é norteador pelo desenvolvimento social em saúde e assistência social. Elaborado pela Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, presidida pelo conselheiro Guilherme Antonio Maluf, a proposta busca contribuir para a implementação de políticas públicas que visem a promoção, proteção e recuperação da saúde da população e a assistência social aos cidadãos que dela necessitem. (ODS 3)

O projeto 5, por sua vez, diz respeito ao desenvolvimento da educação e está sendo executado pela Comissão Permanente de Educação e Cultura do TCE-MT, sob o conselheiro Antonio Joaquim. O intuito é contribuir para a implementação de políticas públicas voltadas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, por meio da educação inclusiva, equitativa e de qualidade. (ODS 4)

Por fim, o projeto 6 foi desenvolvido pela Comissão Permanente de Segurança Pública, liderada pelo conselheiro Waldir Teis, e busca aprimorar a segurança pública municipal em conformidade com o Sistema Único de Segurança Pública, visando a preservação da ordem pública, bem como a proteção das pessoas e dos patrimônios públicos e privados. (ODS 11)

Os municípios inicialmente escolhidos para adesão voluntária ao Programa foram Barão de Melgaço, Barra do Garças, Cáceres, Campinápolis, Chapada dos Guimarães, Colider, General Carneiro, Nossa Senhora do Livramento, Nova Nazaré, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Poconé, Pontal do Araguaia, Rosário Oeste, Santo Antônio de Leverger, São Pedro da Cipa, Várzea Grande e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Reunião ampliada para formatação do Programa.



Em busca de soluções, comissão de segurança pública traça diagnóstico do setor

Equipe vem dialogando com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT) e levantando dados que possam subsidiar ações futuras

Criada neste ano, a Comissão Permanente de Segurança Pública (Copesp) do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) vem atuando para mapear gargalos e traçar diagnósticos que possam subsidiar soluções para o setor no estado. Presidida pelo conselheiro Waldir Júlio Teis, a Copesp está alinhada à visão estratégica da gestão, que prioriza a aproximação com os jurisdicionados para garantir a efetividade dos serviços.

“O estado está cumprindo o seu papel de ressocialização, oferecendo oportunidades aos reeducandos”

“A Comissão está atuando no sentido de contribuir com as políticas públicas para a área, tanto na questão de estrutura física, quanto na parte de pessoal e, para isso, está em contato direto com a Segurança Pública do estado. Só teremos serviço de qualidade na ponta, na saúde, educação, segurança pública, se houver essa integração”, pontua Teis.

No mês de abril, o conselheiro recebeu em seu gabinete representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT) que apresentaram um panorama do combate à violência em Mato Grosso. Na ocasião, o titular da Pasta, César Roveri, ressaltou a importância da aproximação com o TCE-MT.

“Fizemos uma prestação de contas e um alinhamento de trabalho para aproximar a Segurança Pública do Tribunal de Contas. Esse controle nos proporciona a melhor execução do nosso orçamento, o que resulta na entrega de um serviço de melhor qualidade a toda a sociedade”, disse.



Presidente da Comissão Permanente de Segurança Pública, conselheiro Waldir Teis.

Ao reforçar o papel da Comissão, Waldir Teis chama a atenção para o fato de que a segurança é um direito social assegurado pela Constituição Federal. “Estamos

falando de um direito fundamental, uma responsabilidade do estado que deve ser compartilhada por todas as instituições, cada uma em sua área de atuação.”



Reunião da Comissão com representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública.



O conselheiro Waldir Teis em visita técnica ao Centro de Ressocialização de Jovens e Adultos de Várzea Grande. Foto: Assessoria

Ao longo deste ano, o presidente e a equipe técnica da Copesp também participaram de audiência pública para a apresentação da metodologia aplicada pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), realizada pelo Ministério Público do Estado (MPEMT), pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) e APAC Cuiabá, em parceria com o Poder Judiciário, Governo de Mato Grosso, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil.

Além disso, estiveram presentes nas aulas inaugurais dos cursos de formação dos policiais civis, de oficiais e soldados e de adaptação de oficiais de saúde, realizados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT), bem como na ceri-

mônia de encerramento do 12º Estágio de Qualificação Profissional promovido pela Polícia Militar de Mato Grosso, por meio da Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (ESFAP).

A Comissão também está mapeando o cumprimento das determinações estabelecidas no acórdão nº 248/2023-TP, referente à auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a atuação do Corpo de Bombeiros Militar no Estado.

Em agosto, a convite do desembargador Orlando Perri, o grupo realizou visita técnica ao Centro de Ressocialização de Jovens e Adultos de Várzea Grande, batizada de Complexo Penitenciário Ahmenon Lemos Dantas. Na ocasião, o conselheiro

Waldir Teis destacou que não há superlotação na unidade, uma vez que ela tem capacidade para abrigar cerca de 1.008 reeducandos, sendo uma das maiores do estado.

“Vemos aqui que medidas estão sendo adotadas para a reinserção dos reeducandos na sociedade, contribuindo para que eles não voltem para o mundo do crime. O estado está cumprindo o seu papel de ressocialização, oferecendo oportunidades aos reeducandos para que retornem ao convívio social com dignidade, reduzindo a reincidência”, avaliou.

A Comissão também integra o Programa de Sustentabilidade e Desenvolvimento de Municípios do TCE-MT, sendo responsável pelo Projeto 6 – Desenvolvimento da Segurança Pública. “O objetivo

“Só teremos serviço de qualidade na ponta, na saúde, educação, segurança pública, se houver essa integração”

do Programa é fortalecer a capacidade de governança institucional de municípios para a promoção do desenvolvimento local sustentável nas dimensões fiscal, institucional, econômica, de infraestrutura, ambiental e social, além, claro, da segurança pública”, explicou Teis.

O Complexo Penitenciário Ahmenon Lemos Dantas. Foto: Juliano Patrick/Sesp-MT.



Seplan contribui para cumprimento de metas do TCE-MT no biênio 2022/2023

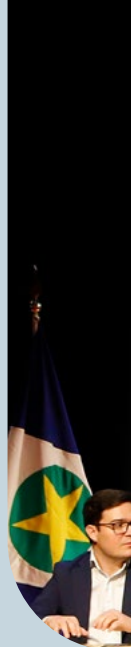
Pasta é responsável pela execução do GPE, programa que conta com eixos pré-estabelecidos para o desenvolvimento socioeconômico ao longo de 12 anos

Ao cumprir com sua missão de garantir o avanço da gestão do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) rumo ao cumprimento de metas, a Secretaria de Planejamento e Integração e Coordenação (Seplan) foi peça-chave nas ações do biênio 2022/2023. Assim, para além da eficiência e efetividade na prestação de serviços pela Corte de Contas, a Pasta garantiu a manutenção das certificações ABNT NBR ISO 9001:2015 e a execução de uma das iniciativas mais importantes da gestão: o Programa de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (GPE) dos jurisdicionados.

“Esse é o projeto de maior relevância social implementado pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso e que melhor coaduna com a nossa nova visão estratégica, que é de fazer a administração pública municipal referência para o Brasil. A partir desse planejamento, buscamos desburocratizar processos, reduzir erros, agregando valor público ao trabalho dos gestores”, ressalta o conselheiro-presidente, José Carlos Novelli.

Decisivo para que o setor público acompanhe a evolução do estado, o GPE conta com eixos pré-estabelecidos para o desenvolvimento socioeconômico ao longo de 12 anos. Lançado logo no início da gestão Novelli, o Programa marcou o biênio e conta hoje com 118 municípios adesos, abrangendo 90,5% da população mato-grossense, que é beneficiada com estratégias para a melhoria de áreas como saúde, educação, infraestrutura, segurança, economia e assistência social.

“Esse é o projeto de maior relevância social implementado pelo Tribunal de Contas”





Entrega dos certificados de conclusão da pós-graduação lato sensu - MBA em Gestão Estratégica por resultados aplicada à Gestão Pública.

O GPE é executado pela Seplan em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). Para o presidente, ele engloba quatro fatores que o tornam fundamental para a gestão pública: a capacidade institucional, o desempenho, a colaboratividade, que é uma palavra estratégica pois ninguém faz nada sozinho, e valor público, que é o benefício que entrega para o cidadão. Esse é o caminho.

A união entre as instituições resultou em um processo contínuo de capacitação dos gestores. "Para iniciar as atividades de elaboração dos planos estratégicos, em parceria com a Escola Superior de Contas e apoio técnico dos professores e consultores, realizamos uma série de workshops. A programação incluiu a apresentação do Programa, com explicação sobre seu funcionamento e palestras sobre gestão por resultados nas organizações

Solenidade de entrega dos Mapas Estratégicos do Programa de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (GPE).





Auditoria externa referente à manutenção dos certificados NBR ISO 9001:2015 e ABNT NBR ISO 50001.

públicas e oficinas de elaboração do planejamento estratégico municipal”, explica o titular da Seplan, Adjair Roque de Arruda.

Vale ressaltar ainda a pós-graduação lato sensu – MBA em Gestão Estratégica por resultados aplicada à Gestão Pública, que teve início em novembro de 2022 e reuniu representantes de prefeituras e servidores do TCE-MT. Em outubro deste ano, 206 profissionais foram certificados.

“Ao longo do ano, os profissionais desenvolveram habilidades voltadas ao planejamento, contribuindo com efetividade na prestação dos serviços à sociedade. A pós-graduação vai ao encontro da proposta do GPE, que oferece diretrizes para a elaboração de políticas públicas, levando em consideração as especificidades de cada município. Neste sentido, oferece uma oportunidade de formação continuada aos profissionais que atuam nesse planejamento estratégico”, reforça o secretário.

Além disso, o TCE-MT também validou os mapas estratégicos de mais de 100 municípios. Ao receberem os Mapas, em cerimônia no Auditório Conselheiro Lenine de Campos Póvoas, da Escola Superior de Contas, os gestores que aderiram a

proposta e autoridades presentes foram contemplados com o Prêmio Rui Barbosa de Gestão de Qualidade.

Para melhorar o gerenciamento e controle das atividades, o projeto de elaboração dos planos estratégicos nos municípios foi dividido em sete etapas, sendo elas: formulação das estratégias; instituição do comitê de gestão estratégica no município; elaboração da identidade organizacional; análise de ambiente; formulação dos objetivos estratégicos e estruturação do mapa estratégico;

“Os profissionais desenvolveram habilidades voltadas ao planejamento, contribuindo com efetividade na prestação dos serviços à sociedade”

“Uma oportunidade de formação continuada aos profissionais que atuam nesse planejamento estratégico”

desmembramento das estratégias: concepção de indicadores estratégicos e elaboração dos planos de ação.

Ao longo do biênio, a Seplan também treinou os representantes dos municípios adesos para utilização do Sistema do GPE. “A plataforma contempla soluções tecnológicas para a elaboração e o gerenciamento do plano estratégico dos jurisdicionados. Por meio dela, os gestores adesos podem acompanhar e analisar o desempenho de suas prefeituras em tempo real, melhorando a compreensão da gestão, o que leva a decisões melhores, ações mais rápidas e mais relevantes”, pontuou Adjair.

Certificação ISO

Nos últimos dois anos, a Pasta garantiu ainda que os critérios para a manutenção dos certificados ABNT NBR ISO 9001:2015 e ABNT NBR ISO 50001 fossem assimilados pelas unidades do Tribunal. O trabalho, previsto em manual lançado em 2023, resultou em avaliação positiva na auditoria sobre os Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ) e de Gestão da Energia (SGE) e, consequentemente, na manutenção das certificações.

As certificações ISO 9001 do TCE-MT abrangem o Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (SPE), o Radar de Controle Público, o Controle da Qualidade das Informações Inseridas na Ferramenta Sistema Geo-Obras, Audito-



Mapas Estratégicos do Programa de Gerenciamento do Planejamento Estratégico contribuirão com o avanço socioeconômico dos municípios.

ria Informatizada de Contas Anuais de Governo, Plenário Virtual, Diário Oficial de Contas (DOC) e o Gerenciamento de Prazo e Sistematização das Atividades (SGP). Além disso, o Tribunal de Contas de Mato Grosso foi o primeiro órgão público do Brasil a possuir a certificação ISO 50001, referente à eficiência energética.

Vale destacar ainda a participação da Secretaria em ações como o Interage TCE e o Tribunais em ação, além da elaboração de relatório de atividades do Tribunal, da construção do plano de capacitação da coordenadoria institucional, do alinhamento para execução do Planejamento Estratégico e da construção da Pesquisa de Satisfação do SGQ, dentre outros.



O subsecretário de Planejamento do TCE-MT, Guilherme Almeida, entrega o prêmio Rui Barbosa para o prefeito de Itangará, Edu Pascoski.

Gestão de pessoas garante desempenho de servidores e subsidia trabalho de excelência prestado pelo TCE-MT

Instituída neste ano, Nova Política de Gestão de Pessoas prioriza provisão, gestão do desempenho, gestão do desenvolvimento e retenção de talentos

O avanço da administração pública estadual e a excelência na entrega à sociedade garantidos pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) ao longo dos últimos dois anos só foi possível graças à capacidade técnica e a determinação de seus servidores, reconhecidos pelos conselheiros como o maior patrimônio da instituição.

Para garantir a eficiência das rotinas e a produtividade dos setores no biênio 2022/2023, o presidente, conselheiro José Carlos Novelli, manteve o foco nas ações de capacitação e valorização e investiu na saúde e bem-estar. Neste contexto, a Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas teve papel fundamental.



Premiação da 6ª edição do Concurso TCE BIS - Boas Ideias e Soluções.



Secretário-executivo de Gestão de Pessoas, Enéias Viegas.

“O Tribunal está atento às transformações nas relações de trabalho e nos avanços da tecnologia da informação e da comunicação”

“Nossas ações estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do Tribunal e têm o objetivo de estimular tanto o desenvolvimento pessoal quanto o profissional, a partir da valorização e de um clima organizacional adequado. A consequência é o avanço no serviço prestado”, avalia o titular da Pasta, Enéias Viegas.

Estas questões estão previstas na Nova Política de Gestão de Pessoas. Instituída em fevereiro deste ano, a Resolução Normativa segue quatro eixos principais: provisão, gestão do desempenho, gestão do desenvolvimento e retenção de talentos.

“O Tribunal está atento às transformações nas relações de trabalho e nos avanços da tecnologia da informação e da comunicação, por isso, ao fortalecermos os mecanismos de gestão de pessoas, estamos garantindo a melhoria no desempenho de nossas atribuições”, explica o Secretário.

No biênio, a unidade também garantiu a publicação de atos e portarias, programação e notificação de férias e licenças-prêmio, prestação de informações em processos de aposentadoria e pensão e informativo de férias, dentre outros. Além disso, em 2023 a gestão dos servidores do Ministério Público de Contas (MPC) foi transferida ao setor, que, de 2022 até agora, também executou a Pesquisa de Clima Organizacional e a Trilha de Desenvolvimento de Gestores.



Reunião de líderes para apresentação dos resultados da Avaliação de Desempenho com Foco em Competências.

Aprimoramento

Em setembro de 2023, foi realizada a Avaliação de Desempenho com Foco em Competências. A análise tem em vista o aprimoramento do trabalho na Corte de Contas, uma vez que os resultados subsidiarão a oferta de futuras capacitações, o que reflete na melhora na prestação de serviços aos jurisdicionados.

Deste modo, as informações levantadas foram encaminhadas à Escola Superior de Contas, o que deve resultar em uma grade de cursos alinhada às demandas do órgão em 2024. "Isso será possível porque reunimos informações que ajudarão a embasar os programas de qualificação e aperfeiçoamento", acrescentou Viegas.

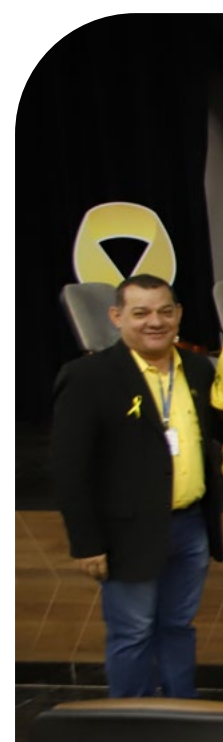
Segundo ele, ao identificar os pontos fortes e fracos de cada servidor, é possível diagnosticar dificuldades e alinhar metas. "Desta forma, os líderes podem dialogar com os liderados e alinhar estratégias para as melhorias necessárias em cada área. Esta foi uma oportunidade para melhorarmos em quesitos como a qualidade e o tempo, por exemplo."

"Reunimos informações que ajudarão a embasar os programas de qualificação e aperfeiçoamento"

Valorização

Com relação à valorização, o secretário destaca a 6ª edição do concurso TCE/Bis – Boas Ideias e Soluções. Realizado a cada biênio, o projeto incentiva, premia e dá visibilidade a propostas inovadoras, que apresentem resultados mensuráveis e melhorem o trabalho no Tribunal e, consequentemente, a prestação de serviço.

"O TCE está sempre em busca inovação. Nesta sexta edição, premiamos uma estagiária e um servidor que está quase se apostando, isso mostra a





inclusão e reforça as pessoas de todas as faixas etárias são importantes para a gestão”, disse durante a premiação que, neste ano, aconteceu no dia 31 de outubro, aniversário de 70 anos da instituição.

Em primeiro lugar na categoria “Projetos Inéditos”, ficou a proposta “Pedala TCE”, do servidor Fabrycio Antônio Barros Lima. Já na categoria “Projetos de Melhoria”, a medalha de ouro foi para a proposta com o tema “Descarte Consciente”, de autoria da servidora Debora Finazzi Luz Farah. Os dois serão efetivamente implantados pela gestão.

Saúde e qualidade de vida

Outra importante frente de atuação da Pasta diz respeito à saúde física e mental, assegurada por meio do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho (NQVT), que oferece atendimento clínico com médico, odontólogo, nutricionista, psicólogo e fisioterapeuta.

“Nossa maior preocupação é com a prevenção, para que eles não cheguem a adoecer”, explica a coordenadora do NQVT, Estela Biancardi.

Sobre o fomento ao voluntariado, ela destaca uma série de ações voltadas à doação de medula óssea e a arrecadação de brinquedos, alimentos e roupas para instituições filantrópicas. Além disso, o Núcleo assegura o recolhimento de papel nas unidades, dando a devida destinação ao material.

“Esse trabalho de motivação é para que eles se conscientizem sobre a importância da atuação na área social e de saúde, até mesmo para que isso dê um complemento à suas vidas. Esta é uma forma de nos sentirmos mais úteis à sociedade e nos mantermos saudáveis”, completa a coordenadora.

Outros exemplos deste trabalho dizem respeito às edições de 2022 e 2023 do Mutirão da Saúde, que ampliou os serviços e garantiu atendimento a servidores que não têm acesso a planos particulares e não são abrangidos pela rede pública.

Neste contexto, vale lembrar os esforços da Pasta em campanhas como o Setembro Amarelo. “A demanda por saúde mental é visível em números, porque hoje passamos de 1 mil atendimentos psicológicos a servidores e dependentes diretos. É uma preocupação que o Tribunal tem com a equipe e que se estende aos seus familiares”, avalia Enéias.

O mesmo vem sendo observado durante o Outubro Rosa e Novembro Azul. Em 2023, foram oferecidos 50 exames de mamografia e de câncer do colo do útero (CCO) para servidoras a partir de 35 anos e 60 exames de PSA para os servidores com mais de 45 anos, que não possuem plano de saúde.

Campanha Setembro Amarelo.



Secretaria Executiva de Administração garante revolução estrutural e assegura excelência no serviço prestado pelo TCE-MT

Reformas do complexo que abriga o prédio administrativo e o Ministério Público de Contas (MPC), além de obras na Escola Superior de Contas são alguns exemplos do trabalho

Além de fortalecer o controle externo e aperfeiçoar a gestão pública no estado, o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) também fez da valorização dos servidores uma importante estratégia no biênio 2022/2023. Para tanto, uma verdadeira revolução estrutural foi garantida pela Secretaria Executiva de Administração no período.

Segundo o presidente do TCE-MT, conselheiro José Carlos Novelli, estas ações asseguraram uma atuação de excelência. “O lugar de destaque que o TCE-MT ocupa e as nossas certificações nos dão a certeza de que esse trabalho nos ajudou a cumprir com nosso principal objetivo: melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.”

Exemplo disso é a reforma do complexo que abriga o prédio administrativo e o Ministério Público de Contas (MPC), executada com recursos próprios, provenientes da redução de custos de convênios firmados pelo órgão. O trabalho inclui a colocação de 1.735 m² de telhas isotérmicas, garantindo estanqueidade, resistência e conforto térmico.

“Na condição de órgão de controle, não temos margem para erro na aplicabilidade da legislação”

É o que explica o secretário executivo de Administração, Vitor Turri Romano, ao chamar a atenção para a importância da qualidade do ambiente de trabalho para a obtenção de bons resultados. “A ação faz parte da manutenção e adequação dos prédios e assegura a infraestrutura necessária para a prestação dos serviços.”

Neste contexto, o Tribunal instalou, ainda em 2022, mantas impermeabilizantes no telhado do Edifício Marechal Rondon, a fim de eliminar mofo, goteiras e infiltrações e concluiu adequações no estacio-



Nova fachada do TCE-MT.

namento externo, com troca de sombrites das vagas, pintura de grades, corrimões e muros de arrimo, além da demarcação de vagas. Em dezembro do mesmo ano, foi iniciada a reforma da Escola Superior de Contas, visando a

modernização do espaço. “Desde a construção e inauguração, em abril de 2007, da sua sede própria anexa ao TCE-MT, a Escola Superior de Contas não havia passado por um processo de reforma e modernização”, diz Turri.



Reforma da Escola Superior de Contas.



TCE-MT e ALMT trocam experiências a fim de estabelecer parâmetros para regulamentação da Nova Lei de Licitações.

O trabalho, concluído neste ano, resultou na instalação do Memorial Rosário Congro, na implantação do Laboratório de Inovação, na readequação da acessibilidade, em iluminação com placas de LED, modernização do auditório e instalação de um miniauditório, bem como reformas do laboratório de informática e dos banheiros.

No biênio, houve ainda a completa revitalização da fachada do prédio administrativo, a reforma do Espaço Cultural Liu Arruda e substituição e padronização de móveis com vistas na otimização de espaços e na melhoria organizacional nas rotinas. As trocas foram feitas no Plenário, nos gabinetes e nas Secretarias de Controle Externo (Secex). “O modelo adotado, conhecido como plataforma, garante mais integração, ergonomia e funcionalidade”, salienta o secretário.

ISO 5001

Outra importante ação estrutural diz respeito à implantação de placas solares para o abastecimento de unidades consumidoras (UCs) vinculadas ao prédio administrativo. Em 2022, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso (Sebrae-MT) entregou ao TCE-MT estudo de viabilidade para referente a adoção de usina fotovoltaica.

“Estas mudanças são importantes porque proporcionam a utilização de energia limpa, que não causa impacto ao meio ambiente. Esta é uma ação que deve ser observada não só pelo retorno do in-

vestimento, mas também como uma aliada na manutenção e melhoria dos aspectos auditados pela ISO 50001, como a sustentabilidade”, diz Turri.

O TCE-MT foi o primeiro órgão público no país certificado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com o selo, referente ao Sistema de Gestão de Energia (SGE). Desde sua obtenção, em 2013, a instituição investe continuamente no desempenho energético e na cultura do consumo consciente.

Assim, sob responsabilidade da Secretaria Executiva de Administração, a política energética conta com uma série de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, como no caso da Semana de Conscientização à Eficiência Energética, realizada em setembro de 2023. O trabalho vem garantindo a recertificação do órgão pela ABNT.

“Esse trabalho nos ajudou a cumprir com nosso principal objetivo: melhorar a qualidade dos serviços prestados à população”



Núcleo de Patrimônio

O demonstrativo de atendimentos e ordens de serviços realizados pelo Núcleo de Patrimônio entre janeiro de 2022 e outubro de 2023 inclui 6.583 ordens de serviço e 5.431 solicitações. Os números dizem respeito a 2.785 bens patrimoniais, 2.264 ações de infraestrutura e 1.534 de zeladoria.

De acordo com o coordenador do setor, Marcelo Catalano Corrêa, a relação harmônica e a parceria entre as áreas foram fundamentais para os bons resultados, de modo que, atualmente, não há nenhuma ordem de serviço pendente.

“No dia a dia, circulam pelo Tribunal mais de 1 mil pessoas. Então, o presidente Novelli sempre teve uma visão macro com relação à infraestrutura, priorizando o conforto e acessibilidade não só dos servidores, mas também dos usuários dos serviços do TCE-MT e dos visitantes”, acrescentou.

Nova Lei de Licitações

Vitor Turri também lembra a atuação da Pasta na implementação da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133). Seguindo diretriz do conselheiro-presidente, José Carlos Novelli, foi realizado um trabalho de intercâmbio com outros órgãos, a fim de estabelecer parâmetros para regulamentação da norma.

“É um processo novo, uma regulamentação nova, existem muitos ajustes a serem feitos internamente, institucionalmente, e que impactam de maneira direta e efetiva, inclusive, na cultura organizacional. Então fomos em busca dessa troca de conhecimento”, explica o secretário.

Além de uma série de capacitações realizadas pelo TCE-MT, os servidores da Pasta receberam consultoria do Instituto Protege, especializado na Lei. “Na condição de órgão de controle, não temos margem para erro na aplicabilidade da legislação. Isso exigiu que fizéssemos o trabalho da maneira mais sólida e eficiente possível”, conclui.



Instalação das mantas impermeabilizantes no telhado do Edifício Marechal Rondon para eliminar mofo, goteiras e infiltrações.



Usina fotovoltaica do TCE-MT.



Terceiro piso da Escola Superior de Contas.

Produção de conhecimento: inovação garante aprofundamento de debates no plenário

*Conselheiros ampliaram
perspectivas sobre a realidade
fiscal dos municípios e o
avanço de políticas públicas
em todos os setores*

O biênio 2022/2023 foi marcado por uma nova dinâmica nos julgamentos do Plenário Presencial do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT). Ao ampliar a atuação do Plenário Virtual, o presidente do órgão, conselheiro José Carlos Novelli, garantiu discussões mais aprofundadas sobre temas de maior complexidade, o que resultou na produção de conhecimento a partir das decisões dos conselheiros.

Um bom exemplo disso é que, na análise das contas anuais de governo da Prefeitura de Conquista D'Oeste, em setembro de 2023, o conselheiro Valter Albano trouxe à tona a necessidade urgente da revisão constitucional no que diz respeito ao percentual mínimo e igualitário de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino por todos os municípios brasileiros.

“Temos que criar a Emenda Constitucional Conquista D'Oeste, pois as contas de 2022 provam e



comprovam que esse país precisa tomar a decisão de respeitar o Pacto Federativo e as particularidades de cada Unidade Federada. Não é possível dizer que todo município brasileiro, onde quer que se encontre, deva aplicar 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme base de cálculo prevista na Constituição Federal. Não é possível que todo município tenha exatamente a mesma pré-condição e necessite aplicar o mesmo percentual de recursos sobre as suas receitas. É preciso respeitar a situação de cada estado e de cada município”, argumentou o relator.

“Não é possível que todo município tenha exatamente a mesma pré-condição e necessite aplicar o mesmo percentual de recursos sobre as suas receitas”

Plenário recebeu agentes comunitários de saúde e combate a endemias em decisão história para as categorias.



Na ocasião, o presidente do TCE-MT, conselheiro José Carlos Novelli, endossou a fala, assim como fizeram os conselheiros Antonio Joaquim e Sérgio Ricardo e o procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Alisson Carvalho de Alencar.

Uma importante discussão também foi registrada em maio deste ano, quando o TCE-MT estabeleceu prazo de 45 dias para que o Governo do Estado e nove prefeituras apresentem plano de providências para melhoria na infraestrutura de 45 escolas. As unidades, fiscalizadas durante a auditoria nacional denominada Operação Educação, apresentam uma série de falhas estruturais relacionadas à segurança, acessibilidade e alimentação, dentre outros.

“Destaco que a alimentação promovida nas escolas é uma excelente forma de auxílio e assistência às pessoas em vulnerabilidade social, pois para alguns alunos, estas são as únicas realizadas durante o dia. Sem contar que a maioria desses estudantes passa boa parte da vida em uma sala de aula e, por essa razão, a alimentação fornecida na rede pública é um fator que auxilia a frequência escolar”, avaliou o conselheiro-relator, Antonio Joaquim à época.

Outro momento emblemático foi a homologação do processo que estabeleceu marco regulatório para as atividades de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, em outubro de 2023. A questão foi levada para discussão em mesa técnica pelo conselheiro Sérgio Ricardo, que considerou consulta da Prefeitura de Jangada referente à destinação de recursos do Governo Federal, piso salarial, pagamento de insalubridade e certificação das carreiras.

“Com a homologação, ficou definido que os 141 municípios do estado terão que adotar o mesmo entendimento sobre a regulamentação das atividades destes profissionais referente ao vínculo, remuneração e pagamento de insalubridade, extinguindo falhas nas interpretações da Emenda Constitucional 120/2022 e da Lei 11.350/16, que regulamenta as carreiras e aplicação dos recursos repassados”, explicou o conselheiro-relator.

Produtividade

O êxito do trabalho também pode ser constatado a partir da produtividade registrada pela Secretaria Geral do Plenário, que realizou 48 sessões ordinárias e oito extraordinárias nas quais 622 processos foram julgados, de janeiro de 2022 a outubro de 2023.

“Neste período cumprimos com nossa missão de assegurar a irrestrita participação das partes, dos seus representantes e da coletividade, ao tempo em que garantimos ao TCE-MT a efetivação do controle externo”, explica a titular da Pasta, Ângela Patrícia Marques.

De acordo com ela, os números incluem contas anuais de governo e de gestão, consultas e reexames de teses, auditorias, monitoramentos, levantamentos, representações de natureza externa e interna, homologação de medidas cautelares e de efeitos suspensivos, tomadas de contas, recursos, resoluções, decisões e instruções normativas, emendas regimentais, dentre outros.

Parte integrante da Secretaria, a Gerência de Revisão examinou, neste período, 303 pareceres prévios, 252 acórdãos, 35 resoluções de consulta e 31 resoluções normativas, além de decisões administrativas, notas recomendatórias, moções e degravações.

Nova versão

Nestes 22 meses, por meio da Gerência de Registro e Publicação, a Pasta contabilizou ainda 174.327 matérias aprovadas e publicadas no Diário Oficial de Contas (DOC). Foram 12.914 conclusões processuais, 4.991 certidões, 2.615 julgamentos singulares, 1.173 decisões e 1.163 editais de notificação, publicadas em 817 edições do DOC.

Além da divulgação e transparência aos atos do TCE-MT, o DOC é disponibilizado gratuitamente para a publicidade de atos administrativos do Governo, das 141 prefeituras, da Assembleia Legislativa, das



Secretária-geral do Plenário, Ângela Patrícia Sousa Marques.

câmaras municipais, das agências reguladoras e de fomento, dentre outros que diariamente dão validade a seus atos. Lançada em 2012, segunda gestão de Novelli à frente da Presidência do TCE-MT e, desde então, certificada pela ISO 9001, essa ferramenta conta com uma nova versão: o DOC Web.

“O DOC traz mais funcionalidade e agilidade tanto aos servidores do Tribunal quanto aos jurisdicionados e público externo em geral”

“Hoje, o DOC traz mais funcionalidade e agilidade tanto aos servidores do Tribunal quanto aos jurisdicionados e público externo em geral. Dentre os benefícios, há o aumento da transparência, melhoria da eficiência e, sobretudo, visualização e impressão de qualidade, uma vez que possibilita a inclusão de gráficos, figuras e tabelas. Temos servido ao estado com muita confiabilidade”, afirma a secretária.

Além do layout moderno e integrativo, o DOC Web tem por intuito facilitar o envio de matérias pelos entes fiscalizados do órgão. A ferramenta oferece mais segurança, usabilidade e qualidade para que o fiscalizado possa gerir suas matérias. “O novo formato, que passou a dividir as publicações de atos e decisões em módulos, como o administrativo e o módulo dos fiscalizados, também aumenta a transparência, melhora a eficiência e, sobretudo, amplia a qualidade da visualização e impressão”, conclui Ângela.

Consultoria jurídica geral tem alta de 36% na emissão de pareceres e avança na garantia de prerrogativas do TCE-MT

Em dois anos, unidade frustrou duas tentativas de intervenção nos poderes gerais do órgão

A Consultoria Jurídica Geral do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) contabilizou 1.819 atos processuais no biênio 2022/2023, avançando na harmonização de entendimentos e evitando conflitos. Responsável por orientar as decisões jurídicas do órgão, a unidade emitiu 1.001 pareceres na gestão do atual presidente, conselheiro José Carlos Novelli, um crescimento de 36% em relação ao biênio anterior.

Os dados, levantados até outubro de 2023, reforçam a atuação do setor pela coerência dos julgamentos e incluem ainda 368 despachos, 122 ofícios, 261 comunicações internas e 67 manifestações judiciais e o trabalho não para aí. “Também cabe à Consultoria a representação judicial e extrajudicial em processos em que haja controvérsia jurídica envolvendo o TCE-MT”, acrescenta o consultor jurídico-geral, Grhegory Maia.

Essa atribuição provou-se determinante em dezembro de 2022, quando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli pôs fim à disputa judicial entre o TCE-MT e o Tribunal de Contas da União (TCU). A decisão reestabeleceu definitivamente a competência fiscalizatória da Corte de Contas mato-grossense sobre as obras do veículo leve sobre trilhos (VLT), que cortam os municípios de Cuiabá e Várzea Grande.

Grhegory explica que o ministro considerou o argumento da Consultoria, que apontava que as

obras não contaram com aplicação de recursos orçamentários da União, o que não justifica a atuação do órgão federal. Assim, Toffoli cassou definitivamente os efeitos do acórdão 1.003/2022 do TCU, expondo a usurpação de competência. Em agosto do ano passado, o ministro já havia deferido liminar favorável ao TCE-MT neste mesmo sentido.

“Por determinação do presidente, impetramos o Mandado de Segurança junto ao STF, apontando o conflito de competência fiscalizatória. Demonstramos a insubsistência da linha argumentativa adotada pelo TCU, pela PGR, e pela AGU – órgãos que estavam in casu, menosprezando a competência da corte de contas estadual. Este resultado é extremamente importante para o controle externo”, diz Grhegory.

Outro exemplo desta atuação é de maio de 2022, quando o presidente do STF, ministro Luiz Fux, acatou entendimento da unidade e determinou a suspensão da decisão judicial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) que sustava decisão cautelar monocrática do órgão de controle externo. A decisão considerou que a manutenção da medida adotada pelo TJMT geraria risco à ordem e à economia públicas.

De acordo com o consultor jurídico-geral, em dois anos, esta foi a terceira tentativa frustrada de intervenção nos poderes gerais de cautela próprios

do TCE-MT. “Esta terceira suspensão também contou com parecer favorável da Procuradoria-Geral da República ao nosso pleito, que resultou no afastamento da investida do TJMT de desautorizar decisões cautelares monocráticas do TCE-MT”, afirma.

Internamente, o setor também participou da elaboração do Código de Processo de Controle Externo. Proposto pela Presidência em 2022, o instrumento foi desenvolvido por comissão que contou também com representantes da Secretaria de Normas e Jurisprudência (SNJur), da Assessoria Parlamentar, do Ministério Público de Contas (MPC), e com o professor-doutor Fredie Didier Jr, que prestou consultoria externa.

Instituído pela Lei Complementar Estadual nº 752/2022, o instrumento é pioneiro no Brasil e entrou em vigor em 2023. “É uma ferramenta que traz segurança jurídica não só para o jurisdicionado, mas para o público interno, para os conselheiros e para todos aqueles que lidam com a legislação no dia a dia. Ela oferece normas próprias para o controle externo, mas sem fugir do aspecto geral das normas processuais.”

Diante disso, ao longo deste ano, a unidade deu suporte à operacionalização das normas, uma vez que, segundo o consultor, as inovações previstas demandaram adequações gerais, incluindo as rotinas administrativas e dos gabinetes. Ainda sobre as ações internas, a Consultoria Jurídica-geral também atuou na elaboração do Novo Regimento Interno do TCE-MT, aprovado e instituído em 2022.

Materializado pela Resolução Normativa nº 16/2021, o documento é mais moderno e está em harmonia com recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e com as novas leis nacionais aplicadas à administração pública. “Além de fortalecer a garantia do devido processo legal e aumentar a segurança jurídica, ele contribui para a efetividade das decisões e, consequentemente, para o cumprimento da missão institucional”, pontua o consultor jurídico-geral.

Além disso, a Consultoria também integrou o grupo responsável pela revisão de convênio firmado com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que garantiu uma redução de 50% nos gastos mensais referentes ao acordo. Assim, a Corte de Contas pôde contar com mais recursos para ações voltadas, por exemplo, à capacitação dos gestores públicos e o aprimoramento do planejamento estratégico dos municípios, foco da atual gestão.

“Em paralelo ao seu objetivo principal de garantir o avanço da administração pública do estado, o presidente José Carlos Novelli conseguiu garantir condições para que entregássemos resultados efetivos no campo jurídico, o que assegurou o avanço em diversas outras frentes de trabalho. Um órgão forte depende de um assessoramento jurídico forte e esse é o status que alcançamos nesta gestão”, conclui Grhegory.

Consultor jurídico-geral, Grhegory Maia, durante solenidade de início da operacionalização do Código de Processo de Controle Externo.



Resultados obtidos pela Serur no biênio 2022/2023 reforçam sucesso do novo modelo de fiscalização do TCE-MT

Setor passou por adequações na estrutura orgânica, de pessoal e de fluxo de trabalho

Com foco na eficiência da gestão administrativa e no apoio estratégico ao controle externo, a Secretaria de Controle Externo de Recursos (Serur) reforçou, em 2022 e 2023, o sucesso do novo modelo de atuação fiscalizatória, implementado pelo presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), conselheiro José Carlos Novelli.

Exemplo disso é a instrução técnica ordinária de todas as petições de recursos tramitadas no biênio à Secretaria, o que inclui agravo interno, embargos de declaração, recurso ordinário, instituto de natureza processual querela nullitatis, pedido de revisão de parecer prévio e pedido de rescisão.

“Os recursos são cruciais para o aperfeiçoamento das decisões monocráticas ou plenárias, pois permitem corrigir eventuais erros, eliminar ambiguidades, suprir omissões e, sobretudo, produzir decisões mais justas”, afirma o titular da Pasta, Roberto Carlos de Figueiredo, ao reforçar a importância do trabalho.

Para tanto, o setor passou por adequações que garantiram a qualidade na entrega. “Já no ano passado, fizemos adequações na nossa estrutura orgânica, na estrutura de pessoal e regime de trabalho, com o objetivo de melhorar os fluxos processuais

“Os recursos são cruciais para o aperfeiçoamento das decisões monocráticas ou plenárias”

e garantir o máximo de produtividade”, explicou.

Nessa linha, está sendo realizado estudo da estruturação das unidades que analisam as petições de recursos nos Tribunais de Contas do Brasil, bem como das boas práticas adotadas, visando a construção da estruturação ideal da unidade no âmbito do TCE-MT.

“Outro estudo em andamento diz respeito ao instituto da prescrição no âmbito interno processual do TCE-MT e de outros tribunais de contas do país, visando a melhoria da atuação da Serur na instrução de processos de sua competência”, salienta o secretário.



Secretaria de Controle Externo de Recursos.

Entre as ações realizadas em parceria com outras pastas, Roberto Carlos cita a elaboração do Projeto de Adequação da Secretaria de Controle Externo de Recursos à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Um dos destaques da proposta, encaminhada à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), é o mapeamento de dados.

Destaca ainda que, tanto em 2022 quanto em 2023, a Pasta atuou em procedimento da Corregedoria Geral do TCE-MT em Correição Setorial relacionada ao controle de prazos.

Novo modelo

Previsto no Plano Estratégico para alcançar as metas propostas para o biênio 2022/2023, o novo modelo de atuação fiscalizatória das secretarias de controle externo foi instituído por meio da Resolução Normativa 01/2022 e considerou um estudo que apontou a necessidade de garantir uma distribuição mais equilibrada da carga de serviço,

a fim de aumentar a produtividade no controle externo. A mudança resultou em aumento de 245% da produtividade no órgão.

Sob coordenação da Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex), o novo modelo passou a ser composto por seis Secretarias de Controle Externo (Secex), com atuação multidisciplinar, e a Secretaria de Controle Externo de Obras e Infraestrutura, que por sua natureza se manteve especializada em apenas uma área. Neste contexto, a Serur permaneceu vinculada à Presidência.

No novo formato, as secretarias tiveram aumento de 10% no número de servidores efetivos. Passaram a contar com 249 servidores efetivos, entre auditores públicos externos, auxiliares de controle externo e técnicos de controle público externo. Dos 165 auditores na ativa no TCE-MT, 157 foram lotados nas novas Secex, ou seja, mais de 95% deles passaram a atuar na linha de frente do controle externo.

Reestruturada, Secretaria de Certificação e Controle de Sanções emite mais de 70 mil certidões

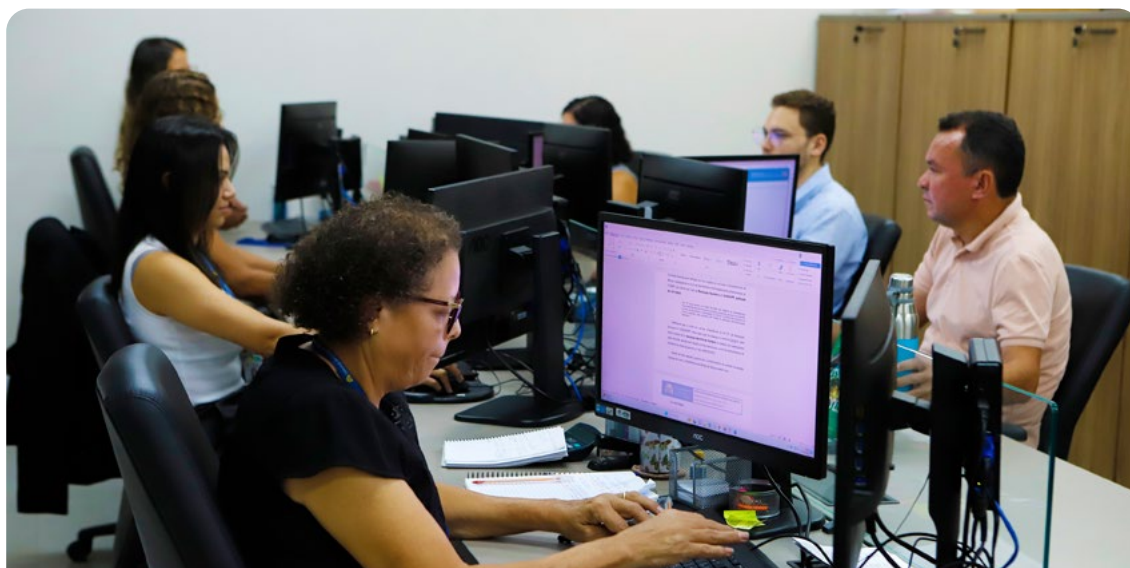
Pasta também foi responsável por 12.811 inserções e atualizações de dados nos sistemas

Responsável pela regulação de penalidades estabelecidas pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), a Secretaria de Certificação e Controle de Sanções encerra o biênio 2022/2023 com resultados positivos, tendo contabilizado 70.236 certidões emitidas no período.

De acordo com o titular da Pasta, Odilley Fatima Leite de Medeiros, os números estão relacionados à mudança estrutural proposta pelo presidente da Corte de Contas, conselheiro José Carlos Novelli, que elevou o setor da condição de Núcleo de Certificação e Controle de sanções para Secretaria de Certificação e Controle de Sanções.

“Nesse período tivemos aprimoramento do Sistema de Control-P e do Conta TCE, o que contribuiu para a melhora no fluxo de trabalho e no retorno aos solicitantes. Também investimos na comunicação interna do setor e implantamos a ferramenta B.I, que nos permite monitorar e extrair informações da nossa base de dados”, disse.

Sendo assim, ao longo dos últimos dois anos foram emitidas 4.309 certidões manuais e outras 61.235 online, além de 4.692 respostas a pedidos de certidões. Segundo Odilley, foram expedidos ainda 2.914 documentos entre pareceres, despachos e Comunicações Internas (CIs).



Setor emitiu 4.309 certidões manuais e outras 61.235 onlines entre 2022 e 2023.



Estratégia de trabalho esteve alinhada à visão institucional da gestão.

Entre os números registrados, vale destacar as 12.811 inserções e atualizações de dados nos sistemas, o que inclui 608 multas, 182 restituições, 5.648 recomendações, 4.040 determinações, 405 inserções na dívida ativa, 1.270 baixas de multa e 658 baixas de restituição.

O secretário também destaca a elaboração, em conjunto com a Secretaria Geral de Controle Externo (Segesex), da Resolução nº 13/2023, que

***“Tivemos
aprimoramento do
Sistema Control-P e
do Conta TCE, o que
contribuiu para a
melhora no fluxo”***

dispõe sobre a emissão de certidão e declaração do Tribunal de Contas quanto à adoção dos mecanismos de ajustes fiscais no artigo 167-A da Constituição.

As atribuições da Pasta também foram apresentadas nas edições do Interage TCE, garantindo aos fiscalizados o conhecimento sobre a atuação do setor. “Acompanhamos as decisões do TCE-MT que determinam a aplicação de multas, restituição de valores, e determinações que impliquem na responsabilidade dos gestores públicos”, resume o secretário.

Vale ressaltar ainda que a Secretaria realiza o controle dos prazos de parcelamento de valores e de recolhimentos. Assim, quando imposta a multa por infração à norma legal, a penalidade é fixada e deve ser recolhida ao Fundecontas pelo gestor responsável, em até 60 dias corridos da publicação da decisão.

Seapi auxilia no diálogo com legislativos e promove formação política de vereadores

Pasta acompanhou 142 sessões na ALMT e atuou em 92 demandas de parlamentares



Brito no Programa Democracia Ativa durante o Tribunais em Ação em Rondonópolis.

Com a missão de auxiliar o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) no relacionamento com os Poderes Legislativos estadual e municipais, a Secretaria Executiva de Apoio Parlamentar e Institucional (SEAPI) monitorou e analisou mais de 2 mil matérias em tramitação na Assembleia Legislativa (ALMT), articulou a presença dos 141 presi-

dentes de Câmaras de Vereadores do estado em encontro no órgão de controle externo e foi peça chave na aprovação de 100% dos projetos enviados à ALMT.

De acordo com o secretário-executivo da SEAPI, Carlos Britto, a Pasta acompanhou presencial-



Reunião na ALMT.

mente 142 sessões ordinárias e extraordinárias na Assembleia Legislativa, bem como atuou em 92 demandas de parlamentares e representou o TCE-MT em reuniões nas Comissões do Legislativo. Internamente, apoiou a divulgação de 103 atividades e ações institucionais, por meio da mobilização de deputados, prefeitos, presidentes de Câmaras e vereadores.

“Na ALMT, além das contas de gestão do órgão de controle externo, foram aprovadas as quatro resoluções, os três projetos de lei, dois projetos de lei complementar e a emenda constitucional enviadas pelo Tribunal de Contas. Entre eles, está o primeiro Código de Processo de Controle Externo do Brasil, instrumento que garante a aplicabilidade dos preceitos aos processos de contas e promove a devida coerência e padronização procedimental”, explicou Brito.

Buscando aprimorar a compreensão e a atuação dos vereadores como agentes políticos e representantes da população, aprofundando o conhecimento do seu papel constitucional, a Pasta também coordenou três edições do Democracia Ativa ao longo do biênio, sendo elas em Barra do Garças, Sinop e Rondonópolis.

“O vereador é o elo primeiro entre o Poder Público e as comunidades. Então, entendemos que a representação política das câmaras é importantíssima, pois trata do cotidiano das pessoas. O próprio Tribunal de Contas tem nos vereadores uma missão importante, que é a do controle externo no nível do município”, salientou o secretário.

Neste contexto, em 2023 a Pasta também articulou a realização da primeira edição do Interaço TCE – Câmaras Municipais. Lançado em 2022 pelo conselheiro-presidente, José Carlos Novelli, o projeto privilegia o diálogo aberto e franco entre fiscalizador e fiscalizado, reforçando uma das principais metas da gestão: a aproximação entre Tribunal e os municípios.

“A representação política das câmaras é importantíssima, pois trata do cotidiano das pessoas”



Democracia Ativa durante o TCE em Movimento, em Sinop.

No encontro, foram abordados temas relacionados à prestação de contas do Poder Legislativo, assuntos pertinentes às mesas diretoras, bem como compartilhados produtos e informações das unidades do TCE-MT que possuem um canal direto com a administração pública municipal, tais como o Programa de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (GPE) e o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC-MT).

“Foi um evento histórico. Os presidentes das câmaras de vereadores de todo Mato Grosso lotaram o auditório do TCE-MT para essa primeira edição do Interage voltado ao Legislativo municipal. É fundamental fortalecer a atuação dessa classe política, que é a maior do estado, formada por 1,4 mil parlamentares, melhorando assim as decisões relacionadas às políticas públicas, para que efetivamente atendam aos interesses da sociedade”, reforçou Brito.

Ainda como fruto dessa interlocução, foram promovidas duas sessões solene em homenagem aos 70 anos do Tribunal de Contas, comemorado em 31 de outubro. Nas solenidades, realizadas na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal de Cuiabá, membros e servidores da Corte de Contas receberam honrarias como forma de reconhecimento pela dedicação ao controle externo, a busca pela excelência e os serviços prestados em prol da sociedade.

Além disso, a fim de manter a comunicação com o seu público-alvo de maneira mais eficaz e segura, a Pasta implementou o uso do aplicativo WhatsApp Business como canal de comunicação, disseminando as principais informações do Tribunal de Contas de forma rápida e acessível. O compartilhamento inclui prazos estipulados no Calendário do Fiscalizado, lançamento de programas e sistemas, capacitações, dentre outros.



Diálogo com outros Poderes

A Secretária também participou da interlocução com o Poder Judiciário e formatação da parceria com o TCE-MT para realização da primeira edição do Programa Tribunais em Ação, em Rondonópolis. O encontro reuniu mais de 1,2 mil pessoas de 20 municípios da Região Sul do Estado para debater a melhoria na gestão pública.

Outra importante ação da Pasta foi a participação efetiva, representando o Tribunal de Contas, na 5ª edição da Expedição Araguaia-Xingu, promovida pelo Tribunal de Justiça (TJMT). A caravana percorreu cinco municípios do estado e duas aldeias indígenas, levando serviços de saúde, justiça, cidadania, segurança, educação, cultura, esporte, lazer, ciência, tecnologia e inovação.

“Nos reunimos com autoridades e servidores dos Poderes Executivo e Legislativo para compartilhar instruções normativas, resoluções e boas práticas aos gestores do município durante a Expedição. O objetivo é garantir a boa aplicação dos recursos, priorizando sempre a eficácia e eficiência na administração pública”, declarou Brito.

“Além das contas de gestão do órgão de controle externo, foram aprovadas as quatro resoluções, os três projetos de lei, dois projetos de lei complementar e a emenda constitucional”

A Pasta ainda representou o conselheiro-presidente, José Carlos Novelli, e demais membros da Corte de Contas, quando demandada, em inúmeras reuniões do Governo do Estado e de órgãos como Defensoria Pública (DPE) e Ministério Público (MPE), bem como apoiou as Comissões de Saúde e Assistência Social e de Educação e Cultura do TCE-MT em contatos com o Poder Executivo.

Secretário-executivo da SEAPI, Carlos Britto, durante Expedição Araguaia-Xingu.



Tecnologia da informação subsidia avanço do controle externo

Modernização de sistemas garantiu melhora nos processos internos e mais apoio aos jurisdicionados

Para ampliar o conceito de controle externo e alcançar o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) a um lugar de protagonismo no avanço da administração pública do estado, o presidente do órgão, conselheiro José Carlos Novelli, investiu em modernização e tecnologia. Neste contexto, o trabalho da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) foi fundamental para o trabalho desenvolvido em 2022/2023.

“Ao longo deste período, estivemos em busca constante de ferramentas para dinamizar as ações do Tribunal. Nosso setor é responsável não apenas por garantir a segurança e a integridade de dados, mas também por desburocratizar procedimentos, tornando o acesso dos jurisdicionados e da sociedade mais simples e eficiente”, explica o titular da Pasta, André Luiz Costa Cruz.

Exemplo disso foi o lançamento do novo sistema Geo-Obras, em julho de 2022. Fruto de parceria com a Secretaria de Controle Externo de Obras e Infraestrutura (Secex-Obras), ele possibilita o gerenciamento de dados sobre obras, incluindo consulta de investimentos realizados por órgãos, prefeituras e governo.

Sua interface passou por reestruturação e ganhou funções complementares, passando a ser dividido em dois módulos principais: Fiscalizado e Cidadão. O novo módulo, Geo-Obras – Cidadão, reúne informações inseridas pelos jurisdicionados que são disponibilizadas a todos os interessados no

site do TCE-MT e possibilitando a utilização pelos órgãos de controle interno, externo e social.

A STI também foi crucial para outra importante iniciativa da gestão: o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic-MT). Instituído no âmbito da Corte de Contas em março de 2023, a novidade assegura aos jurisdicionados municipais a utilização do software desenvolvido pelo TCE-MT, aderente ao Decreto Federal 10.540/2020, que tornou obrigatório o uso do sistema.



Secretário de Tecnologia da Informação, André Luiz Costa Cruz.



Servidores da STI também foram capacitados ao longo do biênio.

“Cerca de 95% das cidades do estado não têm recursos para atender os requisitos do Decreto Federal 10.540/2020 e a não adequação pode resultar no impedimento do recebimento de transferências e de operações de crédito, por exemplo. Então, o Tribunal está oferecendo esta solução sem custos, pois a implantação é complexa e dispendiosa aos entes municipais”, afirmou Novelli à época.

As ações da Secretaria chamaram a atenção de outras instituições. Em março de 2022, o vice-presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do

Instituto Rui Barbosa (IRB), conselheiro Sebastião Helvecio, visitou o TCE-MT para conhecer os principais produtos da Pasta, ocasião na qual André destacou o comprometimento dos profissionais. “Temos uma equipe muito madura que trabalha com essas informações. Isso contribuiu muito para o avanço na evolução das nossas ferramentas.”

Neste contexto, vale destacar o ControlIP, sistema elaborado para controle dos processos e documentos que tramitam no Tribunal e o Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (Sigid), que é responsável por toda parte de comunicação oficial entre setores do TCE-MT com tramitação de comunicações internas (C.Is), informações, atas de reunião, bem como documentos vinculados a processos, etc.

E novembro de 2023 foi lançado o portal da Escola Superior de Contas – Benedicto Sant’ana da Silva Freire. Com layout descomplicado, o endereço amplia o acesso dos gestores às capacitações, facilitando as inscrições e o acesso à área do aluno e ao sistema de obtenção de certificados. Além

“Nosso setor é responsável não apenas por garantir a segurança de dados, mas também por desburocratizar procedimentos”

disso, disponibiliza outros produtos da Escola Superior de Contas, como o EaD e acesso ao acervo de palestras gravadas.

Entre os produtos desenvolvidos em parceria com a Escola, o secretário ressalta ainda o Assistente Virtual da unidade (Chat boot) e o Sistema de Gestão Acadêmica (SGA). Esta é a principal ferramenta de gestão de eventos e capacitações oferecidos aos colaboradores, gestores de órgãos públicos fiscalizados e sociedade em geral.

O SGA garante acesso ao catálogo de cursos, realização de inscrições, consulta de histórico de participação, dentre outros serviços. “O sistema SGA é uma solução moderna e integrada, que facilita o processo de gestão acadêmica na Escola, contribuindo para a qualificação e o desenvolvimento dos servidores públicos e dos cidadãos”, pontua.

Vale destacar ainda o Conta TCE. A fim de simplificar o acesso a informações e serviços disponibilizados pelo Tribunal, o sistema foi integrado ao SGA neste ano. Com a unificação, todos os interessados em capacitações ofertadas pela Escola deverão efetuar cadastro na plataforma Conta TCE.

Com relação à Business Intelligence (BI), ressalta-se a análise e elaboração de Painéis de informações estratégicas assegurada pelo Radar de Controle Público. Reconhecido nacionalmente, este instrumento permite análise de dados integrados

a todos os sistemas do TCE-MT, provendo celeridade na elaboração dos relatórios de auditoria internos e externos, bem como, transparência das informações disponibilizadas ao cidadão.

Ao longo do biênio houve o lançamento do módulo Saúde, em março, e a inclusão de índices sobre a primeira infância, em julho. Em outubro, foi adicionado o painel “Imuniza”, com dados sobre a cobertura vacinal no estado. Também houve novidades no Radar Educação, que recentemente apontou déficit de 14.883 vagas em creches em Mato Grosso, o que resultou na mobilização de diversas instituições em busca de soluções.

“É um instrumento muito útil para que agentes políticos e a própria população conheçam a realidade do setor, comparando índices e propondo soluções”, reforça Novelli.

André lembra ainda que a atuação da STI foi fundamental para que o órgão conquistasse, pela segunda vez, o Selo Diamante, referente ao Programa de Transparência Pública da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). No total, foram avaliados 288 Portais da Transparência dos Poderes Executivo e Legislativo municipais e estadual, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública. Neste 2º ciclo do programa, o índice de transparência obtido pela Corte mato-grossense foi de 95,31%.



A fim de assegurar mais autonomia aos equipamentos e aumentar a proteção dos dados foi adquirido, em outubro deste ano, um grupo gerador com potência de 125 KVA, fundamental contra paralisações não programadas de energia.

No mesmo mês, o trabalho resultou no lançamento da nova versão do Diário Oficial de Contas (DOC Web). Com layout moderno e integrativo, o DOC Web tem por intuito facilitar o envio de matérias pelos entes fiscalizados do órgão. A ferramenta oferece mais segurança, usabilidade, agilidade e qualidade para que o fiscalizado possa gerir suas matérias.

“O novo formato, que passou a dividir as publicações de atos e decisões em módulos, como o administrativo e o módulo dos fiscalizados, melhora a eficiência e, sobretudo, amplia a qualidade da visualização e impressão”, acrescenta o secretário.

Já em novembro de 2023, cerca de 20 servidores foram capacitados sobre contratações de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação. De acordo com André, o conteúdo leva em consideração as inovações previstas na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133).

“O principal objetivo do encontro foi ampliar o entendimento sobre contratações públicas, licita-

ções e gestão de contratos em conformidade com a Norma, que já foi regulamentada em Mato Grosso por meio de decreto específico”, explicou.

Considerando que a inovação é um valor institucional da Corte de Contas, previsto, inclusive, no Código de Processo de Controle Externo (CPCE), a Pasta seguiu executando suas ações alinhadas à visão estratégica do presidente. Assim, neste ano, foi publicada a Instrução Normativa Nº 8/PRES/JCN/2023, que dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação no âmbito do TCE-MT.

Além disso, o Tribunal também instituiu, por meio da Instrução Normativa 7/2023, a Política de Gestão de Risco de Tecnologia da Informação. A finalidade é estabelecer práticas aplicadas à TI que permitam, por meio de tomadas de decisões estratégicas, determinar os eventos que possam impactar o cumprimento da missão e dos objetivos institucionais.

Deste modo, o documento prevê a manutenção de fluxo regular e constante de dados e de informações entre as partes interessadas em gestão de risco de TI; a observação da economicidade no tratamento dos riscos de TI; o alinhamento da gestão de riscos de TI aos padrões de ética institucional estabelecido; a transparência e a melhoria nos processos, dentre outros.

E os trabalhos não param por aí. A Pasta também desenvolveu o novo Plenário Virtual do TCE-MT. Mais célere, seguro e democrático, o novo formato imprimiu mais agilidade aos processos que tramitam na Corte de Contas, ampliou a participação remota dos jurisdicionados e advogados, bem como garantiu a realização de julgamentos de maior complexidade por meio eletrônico.

O Plenário Virtual é um dos sete produtos do Tribunal de Contas certificados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com o selo ISO 9001.

“O Tribunal está oferecendo esta solução sem custos, pois a implantação é complexa e dispendiosa aos entes municipais”

Corpo de Gestão

Gabinete da Presidência

José Roberto Amador

✉ presidencia@tce.mt.gov.br | jroberto@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7543 | 3324-4354

Secretaria do Sistema de Controle Interno

Andréa Christian Mazeto

✉ controleinterno@tce.mt.gov.br | andrea@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7115 | 7125

Consultoria Jurídica Geral

Grhegory Paiva Pires Moreira Maia

✉ juridica@tce.mt.gov.br | grhegory@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7596 | 7689 | 7571

Secretaria Executiva de Apoio Parlamentar Institucional

Carlos Brito de Lima

✉ aspar@tce.mt.gov.br | cbrito@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3324-4381

Secretaria-geral da Presidência

Marco Antonio Castilho Rockenbach

✉ segepres@tce.mt.gov.br | mcastilho@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3324-4354 | 4359

Corregedoria-Geral

Edson Palma Ribeiro

✉ corregedoria@tce.mt.gov.br | edsonp@tce.mt.gov.br

☎ 65 3613-7128 | 2921 | 2922 | fax: 7524 | Denúncia 0800 647-2011

Ouvidoria-Geral

Américo Corrêa

✉ ouvidoria@tce.mt.gov.br | mariacarolina@tce.mt.gov.br

☎ 65 3613-7128 / 7664 / 7669 - fax 7524 / Denúncia 0800 647-2011

Secretaria de Planejamento, Integração e Coordenação

Adjair Roque de Arruda

✉ planejamento@tce.mt.gov.br | adjair@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7176 | 2942

Coordenadoria de Planejamento Institucional

Mônica Eliana Botelho Silva

✉ monicabotelho@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7176 / 2942

Coordenadoria de Planejamento Institucional dos Jurisdicionados

Volmir Manhabosco

✉ manhabosco@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7176 / 2942

Secretaria de Comunicação Social

Raoni Pedroso Ricci

✉ imprensa@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7112 | 7559 | 7561 | 7560

TV Contas

José Antônio Mota Ferreira de Carvalho

✉ tvcontas@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3324-4328 | 3324-4352

Escola Superior de Contas "Benedicto Sant'ana da Silva Freira"

Marcos José da Silva

✉ escola_contas@tce.mt.gov.br | marcos@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7197 | 7101 | 7130 | 7103 | 7177 | 7196

Secretaria Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Maurício Marques Júnior

✉ financeiro@tce.mt.gov.br | mmjunior@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7658

Secretaria de Tecnologia da Informação

Andre Luiz Costa Cruz

✉ informatica@tce.mt.gov.br | andrecruz@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7694 | 7640 | 2946

Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas
Enéias Viegas da Silva
✉ peessoal@tce.mt.gov.br | viegas@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-7656 | 7165 (fax)

Núcleo de Folha de Pagamento de Membros e Servidores
Milena Cesário Mateus
✉ @tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-7662

Núcleo de Normas de Desempenho Funcional
Sâmara Queiroz Mascarenhas de França Nunes
✉ desempenho@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-7665

Núcleo de Administração de Pessoal e Normas
Camilla Nardez Rodrigues Pereira
✉ peessoal@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-7663

Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho
Estela Rosa Biancardi
✉ nqvt@tce.mt.gov.br | estelarosa@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-7648 | 7611

Secretaria Executiva de Administração
Vitor Turri Romano
✉ secretaria_gestao@tce.mt.gov.br | vitor@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-7679 | 7576 | 7578 | 718

Núcleo de Compras e Licitações
João Norberto de Barros Mayer
✉ licitacao@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-2962 | 7549 | 2906 | 2970

Núcleo de Contratos, Convênios e Parcerias
Raí Renan de Castro Barros
✉ licitacao@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-3549 | 2906 | 2970

Núcleo de Patrimônio
Marcelo Catalano Corrêa
✉ patrimonio@tce.mt.gov.br | correa@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-3655 | 7195 | 7680

Serviço de Material
Márcio Soudixon Bruno de Souza
✉ soudixon@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-7636 / 7634 / 7637

Gerência de Transporte
Alexandre Augusto Biancardi
✉ transporte@tce.mt.gov.br | alexandre@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-7501

Núcleo de Expediente
Luciano Macaúbas Leite de Campos
✉ expediente@tce.mt.gov.br | luciano@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-2971 | 7574 | 7629

Gerência de Controle de Processos Diligenciados
Jacqueline Greve
✉ expediente@tce.mt.gov.br | jacgreve@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-7582

Gerência de Protocolo
Eliane Cecília Rondon Gracioso
✉ cecilia@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-7573

Núcleo de Cerimonial
Danielle Christ Sarris
✉ cerimonial@tce.mt.gov.br | danielle@tce.mt.gov.br
☎ (65) 3613-7551 | 7552 | 7116 | 2949 | 7550 | 7149 | 7500 | 7600

Corpo de Técnico

Auditor Substituto de Conselheiro

Luiz Henrique Moraes de Lima

✉gab.luizhenrique@tce.mt.gov.br | luizlima@tce.mt.gov.br

☎(65) 3613-7188 | 2955 | 2956

Auditor Substituto de Conselheiro

Luiz Carlos Azevedo Costa Pereira

✉gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br | luizcarlos@tce.mt.gov.br

☎(65) 3613-7983 | 7167

Auditor Substituto de Conselheiro

Isaias Lopes da Cunha

✉gab.isaiaslopes@tce.mt.gov.br | ilcunha@tce.mt.gov.br

☎(65) 3613-7627 | 2961

Secretaria Geral do Plenário

Ângela Patrícia Sousa Marques

✉plenario@tce.mt.gov.br | angelap@tce.mt.gov.br

☎(65) 3613-7604

Secretaria Geral do Plenário Virtual

Vânia Lima de Azevedo

✉secplenariovirtual@tce.mt.gov.br
(65) 3613-7604

Secretaria de Certificação e Controle de Sanções

Odilley Fátima Leite de Medeiros

✉certificacaoesancoes@tce.mt.gov.br | odilley@tce.mt.gov.br

☎(65) 3613-7565 | 7564 | 7127 | 7699

Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex)

Manoel da Conceição da Silva

✉segecex@tce.mt.gov.br | silva@tce.mt.gov.br
(65) 3613-7183 | 7685

1ª Secretaria de Controle Externo

Cláudio Lima de Oliveira

✉primeirasecex@tce.mt.gov.br | claudiolima@tce.mt.gov.br

☎(65) 3613-7198 | 2999

2ª Secretaria de Controle Externo

Marcelo Takao Tanaka

✉ segundasecex@tce.mt.gov.br | mttanaka@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7589 | 7588 | 7529 | 7657 | 3324-4332

3ª Secretaria de Controle Externo

Valmir de Pieri

✉ terceirasecex@tce.mt.gov.br | vpieri@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7593 | 7692 | 7129 | 7186

4ª Secretaria de Controle Externo

José Fernandes Correia de Góes

✉ quartasecex@tce.mt.gov.br | jfernandes@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7668 | 7653

5ª Secretaria de Controle Externo

Valdenir Ferreira Mendes

✉ quintasecex@tce.mt.gov.br | valdenir@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7595 | 7624

6ª Secretaria de Controle Externo

Edson Reis de Souza

✉ sextasecex@tce.mt.gov.br | ersouza@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7584 | 7186

Secretaria de Controle Externo de Obras e Infraestrutura

André Luiz Souza Ramos

✉ engenharia@tce.mt.gov.br | andreram@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7631 | 7632 | 2985 | 4317 | 3324-4316

Secretaria de Controle Externo de Recursos

Roberto Carlos de Figueiredo

✉ secex-recursos@tce.mt.gov.br | robert@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7583 | 7661 | 2940

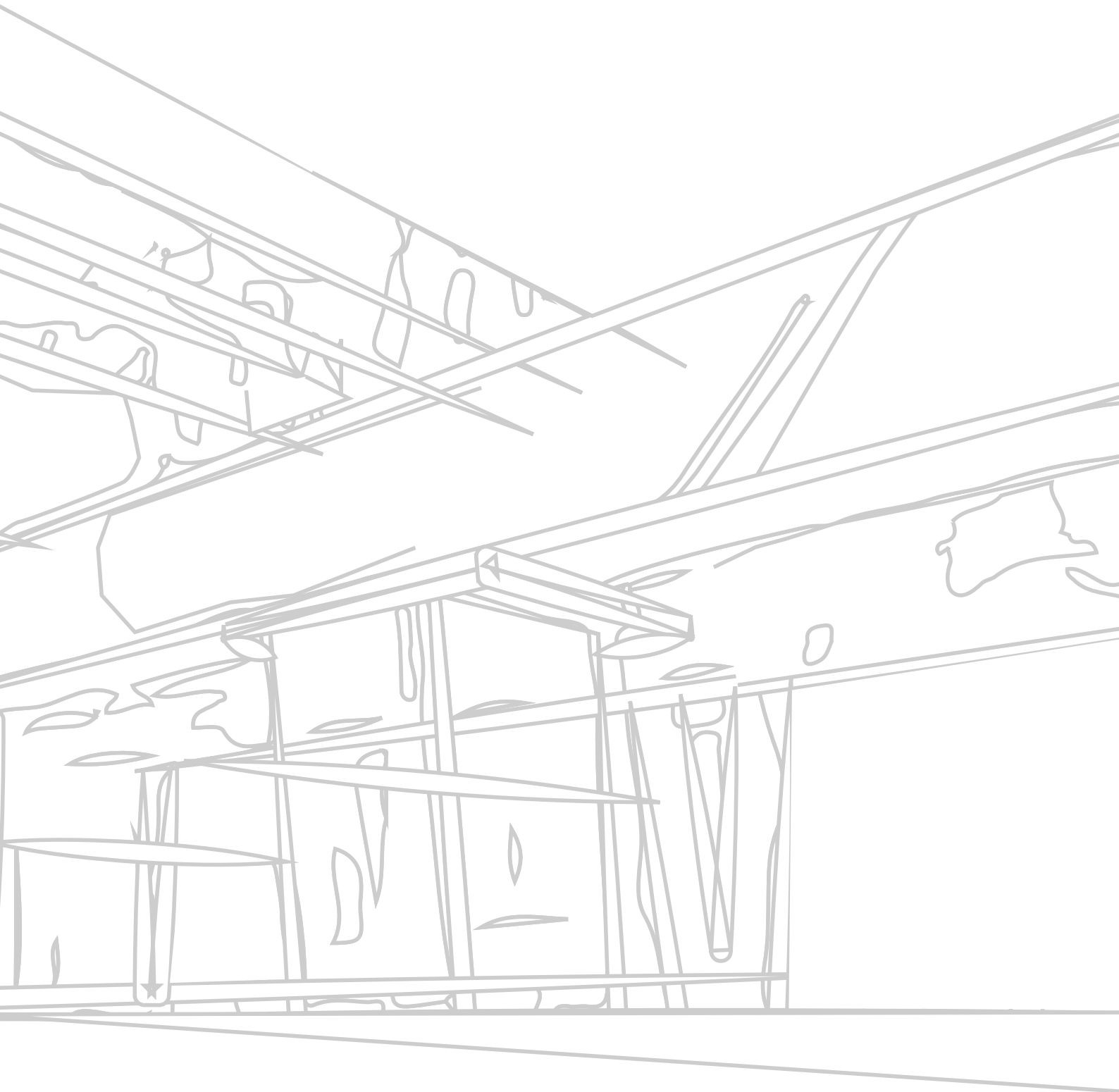
Secretaria de Normas e Jurisprudência e Consensualismo

Lisandra Ishizuka Hardy Barros

✉ snjur@tce.mt.gov.br | lisandra@tce.mt.gov.br

☎ (65) 3613-7693

tce
mt



22
/23



Tribunal de Contas
Mato Grosso